

ELDORADO BRASIL CELULOSE S.A.

Relatório de revisão do auditor independente

**Informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2017**

ELDORADO BRASIL CELULOSE S. A.

**Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2017**

Conteúdo

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Demonstrações dos valores adicionados – informação suplementar

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Eldorado Brasil Celulose S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da **Eldorado Brasil Celulose S.A.** (“**Companhia**”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem os balanços patrimoniais intermediários, individuais e consolidados, em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações intermediárias, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional “IAS 34 - *Interim Financial Reporting*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”, assim como pela apresentação dessas demonstrações de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Demonstrações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de demonstrações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Acordos de Colaboração Premiada, Acordo de Leniência e Investigação Independente

Conforme descrito na nota explicativa Nº 31 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, em maio de 2017 determinados executivos e ex-executivos do Grupo J&F Investimentos S.A. (J&F), celebraram Acordos de Colaboração Premiada (Colaboração) com a Procuradoria Geral da República (PGR), posteriormente homologados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os acordos preveem além de outros temas a colaboração com o Ministério Público Federal (MPF), acerca de todos os fatos relatados àquela autoridade. Ainda, em junho de 2017, a J&F celebrou Acordo de Leniência (Acordo) com o MPF e no dia 24 de agosto de 2017 a 5ª Câmara do MPF homologou o Acordo firmado, sendo que no dia 11 de outubro de 2017 o juiz federal titular da 10ª Vara Federal do Distrito Federal, em audiência de justificação, também homologou judicialmente o Acordo celebrado. Esse Acordo diz respeito às operações Cui Bono, Carne Fraca, Sepsis e Greenfield. Em 21 de setembro de 2017 a Companhia celebrou termo de adesão ao Acordo, resguardando os impactos financeiros integralmente assumidos pela J&F.

A condução de uma investigação interna acerca dos fatos relacionados à Companhia relatados na Colaboração é uma das obrigações impostas no Acordo. O Comitê de Supervisão Independente (CSI) tem, dentre outras, a função de aprovar os prestadores de serviços que conduzem a investigação interna na Companhia, bem como ajustar os respectivos planos de trabalho para a investigação. Em julho de 2017 foi iniciada a investigação, por meio de profissionais especializados, externos e independentes em relação à Companhia. Até a presente data, esses profissionais evoluíram substancialmente com as investigações, corroborando em grande parte as irregularidades constantes nos anexos da Colaboração, contemplando inclusive a avaliação das informações dos signatários da carta de representação disponibilizada ao auditor independente, não sendo levado ao nosso conhecimento qualquer atitude irregular ou que requer maiores análises.

Conforme mencionado na nota explicativa Nº 3.f às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, as avaliações relacionadas a Colaboração foram realizadas pela Companhia e os seus impactos foram registrados nessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, e em relação a informações contábeis intermediárias comparativas.

Além dos assuntos mencionados anteriormente, destacamos as ações abaixo pendentes de realização, que não estão totalmente sob o controle da Companhia, cujos possíveis efeitos podem resultar em alterações significativas nessas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, assim como das informações contábeis intermediárias comparativas, incluindo aspectos relacionados à insuficiência de divulgação de certas informações nas notas explicativas:

- Existem informações complementares apresentadas pela J&F ao MPF, previsto na Colaboração e no Acordo que, embora tenham sido consideradas no âmbito da investigação, ainda não foram tornadas públicas;
- Encontra-se em andamento a investigação independente requerida no Acordo com o MPF, com o acompanhamento do CSI, com a disponibilização de relatório preliminar e restando a realização e conclusão de certos procedimentos investigativos, para que a investigação seja completada;
- A Companhia, em razão de sua adesão ao Acordo anteriormente mencionado entre a J&F e o MPF, não mantém em curso quaisquer negociações de acordo com as demais autoridades ou entidades públicas Federais, Estaduais e Municipais, no que couber acordos semelhantes com estes órgãos no contexto de existência de outras obrigações não previamente assumidas e responsabilidades.

Desta forma, muito embora a Companhia espera não ter impactos significativos em suas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em razão das limitações acima descritas, não podemos assegurar, até a presente data, de que não existam impactos significativos, inclusive sobre aspectos tributários.

Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto mencionado na seção intitulada “Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Ênfase

Reapresentação das informações contábeis intermediárias e demonstrações contábeis anteriores

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.f às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, as divulgações e valores correspondentes às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e em relação ao saldo de abertura em 1º de janeiro de 2016, bem como as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir correção de erros e no aprimoramento de divulgação em notas explicativas, com o objetivo de demonstrar comparabilidade e consistência das informações contábeis da Companhia. Nosso relatório de revisão não contém modificação em relação a esse assunto.

ICMS a recuperar

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 9 às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, que descreve sobre as ações que a Companhia vem priorizando no sentido de maximizar a realização dos créditos de ICMS que estão condicionadas principalmente na expectativa do incremento das vendas de celulose para o mercado interno, e a concessão de incentivos pelo governo do Estado do Mato Grosso do Sul para pagamento de fornecedores a serem contratados no âmbito do projeto de expansão da produção. Nosso relatório de revisão não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e considerada informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto mencionado na seção intitulada “Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis e informações contábeis intermediárias comparativas do exercício e trimestre anteriores examinada e revisada por outro auditor independente

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na Nota Explicativa nº 3.f às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 28 de março de 2018, e conteve modificação sobre: (i) o não cumprimento com determinadas cláusulas contratuais (*covenants*) de contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras em 31 de dezembro de 2016 e obteve o waiver das instituições financeiras somente após o encerramento do referido exercício social e a Companhia não detinha o direito incondicional de postergar a liquidação dessas obrigações registradas no balanço patrimonial individual e consolidado nos montantes de R\$ 7.620.171 mil e R\$ 9.066.535 mil, respectivamente, em pelo menos doze meses após 31 de dezembro de 2016, os montantes de R\$ 5.328.757 mil e R\$ 6.702.349 mil classificados no passivo não circulante, individual e consolidado, respectivamente, no qual deveriam ter sido integralmente classificados para o passivo circulante. Conseqüentemente, o passivo circulante, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2016 estavam apresentados a menor em R\$ 5.328.757 mil e R\$ 6.702.349 mil, respectivamente e, o passivo não circulante, individual e consolidado, apresentados a maior pelos mesmos montantes. Conforme mencionado na referida nota explicativa, a Companhia obteve, anteriormente a 31 de março de 2017, a dispensa de verificação dos índices estabelecidos relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 ou, conforme o caso, a renegociação dos índices a novos patamares atendidos pela Companhia. Nosso relatório de revisão sobre as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do trimestre findo em 31 de março de 2017 não contém modificação em relação a esse assunto; e (ii) sobre o mesmo assunto mencionado na seção “Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas”.

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do trimestre findo em 31 de março de 2016, apresentadas para fins de comparação ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na Nota Explicativa nº 3.f às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 28 de março de 2018, e conteve modificação sobre o mesmo assunto mencionado na seção “Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas”.

São Paulo, 28 de março de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1



Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1SP 124504/O-9

ELDORADO BRASIL CELULOSE S.A.

Balancos patrimoniais
 Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016
 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/03/2017	31/12/2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	31/03/2017	31/12/2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa:	5,1	457.546	829.602	1.058.790	663.345	1.044.637	1.264.151
Contas a receber de clientes	6	945.832	954.120	1.128.532	470.784	525.453	540.860
Estoques	8	347.526	349.840	255.080	520.803	506.186	530.106
Tributos a recuperar	9	250.484	168.177	369.717	251.187	168.913	371.640
Adiantamentos a fornecedores	10	28.581	30.459	40.517	28.748	30.577	46.288
Derivativos a receber	28 (i) b	-	12.846	89.871	-	12.846	89.871
Créditos com empresas ligadas	7	28.724	27.241	-	26.059	24.500	-
Outros ativos circulantes		17.691	31.445	19.587	18.216	31.835	20.553
Total do circulante		2.076.384	2.403.730	2.962.094	1.979.142	2.344.947	2.863.469
Não circulante							
Aplicações financeiras	5,2	166.254	161.399	114.524	262.971	161.399	114.524
Tributos a recuperar	9	714.694	740.815	578.158	717.347	743.648	580.827
Adiantamentos a fornecedores	10	85.371	76.948	59.511	85.371	76.948	59.511
Imposto de renda e contribuições	18	433.056	543.859	536.791	433.056	543.859	536.791
Depósitos, cauções e outros		5.690	5.343	2.746	5.949	5.554	2.936
Outros ativos não circulantes		15.017	15.026	14.909	15.017	15.028	14.909
		1.420.082	1.543.390	1.306.639	1.519.711	1.546.436	1.309.498
Ativos biológicos	11	2.368.828	2.050.789	1.736.309	2.368.828	2.050.789	1.736.309
Investimentos	12	105.996	108.074	108.061	-	-	-
Imobilizado	13	4.715.342	4.760.269	4.764.993	4.785.329	4.831.642	4.834.979
Intangível	14	5.816	6.450	7.279	33.756	36.860	39.290
Total do não circulante		8.616.064	8.468.972	7.923.281	8.707.624	8.465.727	7.920.076
Total do ativo		10.692.448	10.872.702	10.885.375	10.686.766	10.810.674	10.783.545
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	16	2.145.886	2.291.414	2.286.481	2.239.847	2.364.186	2.286.481
Fornecedores	15	196.222	229.311	203.773	200.245	239.050	212.962
Débitos com empresas ligadas	7	119.027	115.404	45.153	16.837	36.205	45.153
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	17	136.111	147.035	124.025	138.344	149.944	125.880
Outros passivos circulantes		9.108	7.266	15.132	23.376	17.766	29.187
Total do circulante		2.606.354	2.790.430	2.674.564	2.618.649	2.807.151	2.699.663
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	16	5.065.312	5.328.757	7.080.152	6.402.111	6.702.349	7.080.152
Débitos com empresas ligadas	7	1.326.944	1.364.929	-	-	-	-
Provisão para riscos processuais	19	7.686	7.484	5.006	7.686	7.484	5.006
Provisão para perdas em controladas	12	27.832	87.412	126.929	-	-	-
Total do não circulante		6.427.774	6.788.582	7.212.087	6.409.797	6.709.833	7.085.158
Patrimônio líquido							
Capital social	20	1.788.792	1.788.792	1.788.792	1.788.792	1.788.792	1.788.792
Ajustes acumulados de conversão		(3.819)	(3.989)	(12.418)	(3.819)	(3.989)	(12.418)
Prejuízos acumulados		(126.653)	(491.113)	(777.650)	(126.653)	(491.113)	(777.650)
Total do patrimônio líquido		1.658.320	1.293.690	998.724	1.658.320	1.293.690	998.724
Total do passivo		9.034.128	9.579.012	9.886.651	9.028.446	9.516.984	9.784.821
Total do passivo e patrimônio líquido		10.692.448	10.872.702	10.885.375	10.686.766	10.810.674	10.783.545

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ELDORADO BRASIL CELULOSE S.A.

Demonstrações do resultado
Períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2017	31/03/2016 (Reapresentado)	31/03/2017	31/03/2016 (Reapresentado)
Receita líquida	21	605.014	921.494	695.859	778.953
Custo dos produtos vendidos	23	(392.298)	(368.265)	(373.407)	(337.798)
Lucro bruto		212.716	553.229	322.452	441.155
Receitas/(despesas) operacionais					
Administrativas e gerais	23	(30.698)	(25.553)	(34.707)	(34.621)
Com vendas e logística	23	(38.526)	(36.168)	(81.695)	(94.477)
Valor justo do ativo biológico		310.259	-	310.259	-
Resultado de equivalência patrimonial	12	59.395	(181.441)	-	-
Outras receitas, líquidas	25	30.967	56.942	30.959	57.402
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		544.113	367.009	547.268	369.459
Resultado financeiro líquido	24				
(Despesas) financeiras		(221.668)	(1.001.327)	(224.741)	(1.004.107)
Receitas financeiras		22.803	26.168	23.000	26.175
Variação cambial, líquida		146.427	402.730	146.248	403.065
Lucro/(prejuízo) antes da provisão para imposto de renda e contribuição social		491.675	(205.420)	491.775	(205.408)
Imposto de renda e contribuição social	18				
Correntes		(16.412)	(4.311)	(16.512)	(4.323)
Diferidos		(110.803)	37.786	(110.803)	37.786
Lucro/(prejuízo) líquido do período		364.460	(171.945)	364.460	(171.945)
Lucro/(prejuízo) por lote de mil ações		0,24	(0,11)	0,24	(0,11)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ELDORADO BRASIL CELULOSE S.A.

Demonstrações do resultado abrangente **Períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016** **(Em milhares de Reais)**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016 (Reapresentado)	31/03/2017	31/03/2016 (Reapresentado)
Lucro/(prejuízo) líquido do período	364.460	(171.945)	364.460	(171.945)
Variação cambial sobre investimentos	170	4.492	170	4.492
Total do resultado abrangente	364.630	(167.453)	364.630	(167.453)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ELDORADO BRASIL CELULOSE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	Capital social	(Prejuízos) acumulados	Ajustes acumulados de conversão	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)	1.788.792	(777.650)	(12.418)	998.724
Prejuízo líquido do período	-	(171.945)	-	(171.945)
Varição cambial sobre investimentos	-	-	4.492	4.492
Saldos em 31 de março de 2016 (reapresentado)	1.788.792	(949.595)	(7.926)	831.271
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)	1.788.792	(491.113)	(3.989)	1.293.690
Lucro líquido do período	-	364.460	-	364.460
Varição cambial sobre investimentos	-	-	170	170
Saldos em 31 de março de 2017	1.788.792	(126.653)	(3.819)	1.658.320

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ELDORADO BRASIL CELULOSE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016 (Reapresentado)	31/03/2017	31/03/2016 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido (prejuízo)	491.675	(205.420)	491.775	(205.408)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	58.268	59.522	58.669	61.147
Exaustão	32.344	9.389	32.404	9.389
Amortização de mais valia	2.064	-	2.064	-
Valor residual de bens baixados do ativo imobilizado	1.031	1.918	1.031	1.977
Valor justo do ativo biológico	(310.259)	-	(310.259)	-
Encargos financeiros - juros e variação cambial	31.088	(304.286)	20.136	(304.286)
Encargos financeiros - juros e variação cambial - partes relacionadas	(10.322)	-	(40.043)	-
Provisão para riscos processuais	202	(603)	202	(603)
Derivativos	-	166.304	-	166.304
Clientes - variação cambial	12.360	(119.891)	12.360	(134.549)
Resultado de equivalência patrimonial	(59.395)	181.441	-	-
	249.056	(211.626)	268.339	(406.029)
Redução (aumento) em ativos				
Contas a receber de clientes	(4.072)	(45.424)	29.255	213.727
Estoques	58.235	(2.116)	36.233	21.233
Impostos a recuperar	(56.186)	(70.953)	(56.069)	(70.891)
Adiantamentos a fornecedores	(6.545)	(792)	(6.595)	4.919
Outros créditos	(1.483)	-	(1.559)	-
Outros ativos circulantes e não circulantes	26.261	1.399	26.070	1.459
Aumento (redução) em passivos				
Fornecedores	(33.089)	12.290	(16.594)	16.542
Outras obrigações	(19.368)	(23.898)	(19.368)	(23.898)
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	(27.336)	(15.038)	(28.064)	(15.575)
Outros passivos circulantes e não circulantes	1.842	(9.635)	6.218	(21.991)
Ajustes de avaliação patrimonial e acumulados de conversão	-	-	35.141	4.492
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	187.315	(365.793)	273.007	(276.012)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aumento em ativos biológicos	(89.264)	(85.548)	(89.264)	(85.548)
Adições no ativo imobilizado e intangível	(20.519)	(42.455)	(18.750)	(48.695)
Aplicações financeiras	(4.855)	(34.731)	(101.572)	(34.731)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(114.638)	(162.734)	(209.586)	(168.974)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos captados	267.300	504.719	267.300	504.719
Amortização de empréstimos e financiamentos - principal	(570.309)	(424.010)	(570.309)	(424.010)
Amortização de empréstimos e financiamentos - juros	(134.229)	(169.247)	(139.117)	(169.247)
Amortização de empréstimos e financiamentos - variação cambial	(2.823)	(152.736)	(2.587)	(152.736)
Amortização de empréstimos partes relacionadas - juros	(4.906)	-	-	-
Amortização de empréstimos partes relacionadas - variação cambial	234	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(444.733)	(241.274)	(444.713)	(241.274)
Efeitos da variação cambial no caixa	-	-	(5.293)	-
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	(372.056)	(769.801)	(375.999)	(686.260)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	829.602	1.058.790	1.044.637	1.264.151
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	457.546	288.989	663.345	577.891

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ELDORADO BRASIL CELULOSE S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016 (Reapresentado)	31/03/2017	31/03/2016 (Reapresentado)
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	611.192	929.559	702.356	789.538
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	306.126	(131)	306.125	365
Transferências relativas à construção de ativos próprios	2.683	3.649	2.683	3.649
	<u>920.001</u>	<u>933.077</u>	<u>1.011.164</u>	<u>793.552</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos vendidos, materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(262.620)	(242.909)	(284.158)	(221.242)
	<u>657.381</u>	<u>690.168</u>	<u>727.006</u>	<u>572.310</u>
Valor adicionado bruto				
Depreciação e amortização	(90.612)	(57.841)	(93.137)	(59.496)
	<u>566.769</u>	<u>632.327</u>	<u>633.869</u>	<u>512.814</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade				
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	59.395	(181.441)	-	-
Receitas financeiras	22.803	26.171	23.000	26.177
	<u>648.967</u>	<u>477.057</u>	<u>656.869</u>	<u>538.991</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	51.901	60.114	54.145	62.923
Benefícios	23.702	45.543	24.830	46.787
FGTS	5.020	5.204	5.259	5.287
	<u>80.623</u>	<u>110.861</u>	<u>84.234</u>	<u>114.997</u>
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	144.900	(21.238)	145.613	(20.628)
Estaduais	(38.299)	(59.444)	(38.292)	(59.352)
Municipais	-	-	319	194
	<u>106.601</u>	<u>(80.682)</u>	<u>107.640</u>	<u>(79.786)</u>
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	219.198	460.866	219.600	460.871
Aluguéis	23.981	19.779	23.981	20.143
Outras	(145.896)	138.178	(143.046)	194.711
	<u>97.283</u>	<u>618.823</u>	<u>100.535</u>	<u>675.725</u>
Remuneração de capitais próprios				
Lucro (prejuízo) líquido do período	364.460	(171.945)	364.460	(171.945)
	<u>648.967</u>	<u>477.057</u>	<u>656.869</u>	<u>538.991</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Eldorado Brasil Celulose S.A. (“Companhia” ou “Eldorado”) é uma sociedade por ações de capital aberto, cujo registro perante a CVM foi obtido em 06 de junho de 2012 na categoria de valores mobiliários negociados em balcão (categoria B), constituída sob as leis brasileiras com sede no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo (Brasil).

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia relativas ao período findo em 31 de março de 2017 abrangem a Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas têm como principal objeto social a produção e comercialização de celulose branqueada de fibra curta de eucalipto e o processamento de biomassa para produção de energia. A Companhia concluiu a construção de sua fábrica no município de Três Lagoas (MS) e iniciou suas operações em dezembro de 2012.

A capacidade de produção anual da Eldorado é de cerca de 1,7 milhão de toneladas de celulose branqueada de eucalipto. Possuímos e operamos a maior fábrica de celulose em linha única do mundo, localizada na Cidade de Três Lagoas, no Estado do Mato Grosso do Sul. 98,6% da madeira que usamos para produzir celulose é proveniente do Estado de Mato Grosso do Sul e o restante do Estado do Mato Grosso, uma área climática e topograficamente bem adaptada para o crescimento de eucaliptos.

2 Relação de entidades controladas

Entidades controladas

		Participação acionária	
		31/03/2017	31/12/2016
Subsidiárias	País		
Cellulose Eldorado Austria GmbH	Áustria	100%	100%
Rishis Empreendimentos e Participações S.A.	Brasil	100%	100%
Controlada indireta	País		
Eldorado USA Inc.	Estados Unidos	100%	100%
Eldorado Intl. Finance GmbH	Áustria	100%	100%
Cellulose Eldorado Ásia	China	100%	100%

3 Elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com os pronunciamentos, as interpretações e as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Após apreciação das Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 28 de março de 2018, as mesmas foram aprovadas para emissão pela Companhia.

b. Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- os ativos biológicos mensurados pelo valor justo são reconhecidos no resultado na rubrica valor justo do ativo biológico.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as normas CPC, exige que a Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Essas estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, sendo tais revisões reconhecidas no exercício em que as mesmas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 29** - arrendamentos operacionais.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no período findo em 31 de março de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 8** - provisão para perdas no estoque;
- **Nota explicativa 11** - ativos biológicos;
- **Nota explicativa 13** - teste de redução ao valor recuperável;
- **Nota explicativa 18** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- **Nota explicativa 19** - reconhecimento e mensuração de provisões e riscos processuais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

d. Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11** - ativos biológicos; e
- **Nota explicativa 28** - instrumentos financeiros.

e. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

f. Reapresentação dos valores correspondentes

Em razão da identificação de erros e correções sobre os valores correspondentes, a Companhia em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro e CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, procedeu com os ajustes retrospectivamente até a data mais antiga, considerando os ajustes iniciais em 01 de janeiro de 2016, em 31 de dezembro de 2016. Abaixo segue a lista das correções realizadas e os seus impactos:

Durante o exercício de 2016, a Companhia reavaliou sua percepção do momento em que a entidade transfere os riscos e os benefícios significativos da propriedade para o comprador, de acordo com o CPC 30 - Receitas, concluindo pela necessidade de correção. (i)

Reconhecimento da provisão relacionada a auto de infração recebido pelo Ministério Público para refletir os impactos tributários da investigação relacionada a “Operação Sépsis” referente aos exercícios de 2012 a 2016 e da atualização durante o período findo em 31 de março de 2016. (ii)

Adicionalmente, foi alterado o resultado utilizado na demonstração do fluxo de caixa, de lucro ou prejuízo líquido para o resultado antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, e efetuadas reclassificações que impactam somente as linhas das atividades operacionais. (iii)

Com base no resultado desse processo, ajustes e reclassificações estão demonstradas como segue:

Controladora

a. Balanço Patrimonial

	Saldos em 31/12/2016				Reapresentado
	Anteriormente apresentado	Impactos da retificação de erros			
		(i)	Ajustes (ii)	(iii)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	528.374	-	15.485	-	543.859
Total do ativo não circulante	8.453.487	-	15.485	-	8.468.972
Total do ativo	10.857.217	-	15.485	-	10.872.702
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	101.494	-	45.541	-	147.035
Total do passivo circulante	2.744.889	-	45.541	-	2.790.430
Prejuízos acumulados	(461.057)	-	(30.056)	-	(491.113)
Total do patrimônio líquido	1.323.746	-	(30.056)	-	1.293.690
Total do passivo	9.533.471	-	45.541	-	9.579.012
Total do passivo e patrimônio líquido	10.857.217	-	15.485	-	10.872.702

a. Balanço Patrimonial

	Saldos em 01/01/2016				Reapresentado
	Anteriormente apresentado	Impactos da retificação de erros			
		(i)	Ajustes (ii)	(iii)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	522.260	-	14.531	-	536.791
Total do ativo não circulante	7.908.750	-	14.531	-	7.923.281
Total do ativo	10.870.844	-	14.531	-	10.885.375
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	81.288	-	42.737	-	124.025
Total do passivo circulante	2.631.827	-	42.737	-	2.674.564
Prejuízos acumulados	(749.444)	-	(28.206)	-	(777.650)
Total do patrimônio líquido	1.026.930	-	(28.206)	-	998.724

a. Balanço Patrimonial		Saldos em 01/01/2016			
		Impactos da retificação de erros			
	Anteriormente apresentado	Ajustes			Reapresentado
		(i)	(ii)	(iii)	
Total do passivo	9.843.914	-	42.737	-	9.886.651
Total do passivo e patrimônio líquido	10.870.844	-	14.531	-	10.885.375
b. Demonstração de Resultados		Saldos em 31/03/2016			
		Impactos da retificação de erros			
	Anteriormente apresentado	Ajustes			Reapresentado
		(i)	(ii)	(iii)	
Resultado de equivalência patrimonial	(191.964)	10.523	-	-	(181.441)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos	356.486	10.523	-	-	367.009
Resultado financeiro líquido	(571.747)	-	(682)	-	(572.429)
Lucro (prejuízo) antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	(215.261)	10.523	(682)	-	(205.420)
Diferidos	37.554	-	232	-	37.786
Lucro (prejuízo) do período	(182.018)	10.523	(450)	-	(171.945)
c. Demonstração de Resultados Abrangentes		Saldos em 31/03/2016			
		Impactos da retificação de erros			
	Anteriormente apresentado	Ajustes			Reapresentado
		(i)	(ii)	(iii)	
Lucro (prejuízo) do período	(182.018)	10.523	(450)	-	(171.945)
Total do resultado abrangente	(177.526)	10.523	(450)	-	(167.453)
d. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		Saldos em 31/03/2016			
		Impactos da retificação de erros			
	Anteriormente apresentado	Ajustes			Reapresentado
		(i)	(ii)	(iii)	
Prejuízos acumulados	(863.951)	(56.988)	(28.656)	-	(949.595)
Total	916.915	(56.988)	(28.656)	-	831.271

d. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Saldos em 01/01/2016				Reapresentado
	Anteriormente apresentado	Impactos da retificação de erros			
		(i)	Ajustes (ii)	(iii)	
Prejuízos acumulados	(749.444)	-	(28.206)	-	(777.650)
Total	1.026.930	-	(28.206)	-	998.724

e. Demonstração do Fluxo de Caixa

	Saldos em 31/03/2016				Reapresentado
	Anteriormente apresentado	Impactos da retificação de erros			
		(i)	Ajustes (ii)	(iii)	
Lucro (prejuízo) do período para resultado antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	(182.018)	10.523	(682)	(33.243)	(205.420)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(37.554)	-	-	37.554	-
Resultado de equivalência patrimonial	191.964	(10.523)	-	-	181.441
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	(11.409)	-	682	(4.311)	(15.038)

f. Demonstração do Valor Adicionado

	Saldos em 31/03/2016				Reapresentado
	Anteriormente apresentado	Impactos da retificação de erros			
		(i)	Ajustes (ii)	(iii)	
Equivalência patrimonial	(191.964)	10.523	-	-	(181.441)
Valor adicionado total a distribuir	466.534	10.523	-	-	477.057
Federais	(21.006)	-	(232)	-	(21.238)
Juros	460.184	-	682	-	460.866
Lucro (prejuízo) líquido	(182.018)	10.523	(450)	-	(171.945)
Valor adicionado total distribuído	466.534	10.523	-	-	477.057

Consolidado

a. Balanço Patrimonial	SalDOS em 31/12/2016				
	Anteriormente apresentado	Impactos da retificação de erros			Reapresentado
		(i)	Ajustes (ii)	(iii)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	528.374	-	15.485	-	543.859
Total do ativo não circulante	8.450.242	-	15.485	-	8.465.727
Total do ativo	10.795.189	-	15.485	-	10.810.674
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	104.403	-	45.541	-	149.944
Total do passivo circulante	2.761.610	-	45.541	-	2.807.151
Prejuízos acumulados	(461.057)	-	(30.056)	-	(491.113)
Total do patrimônio líquido	1.323.746	-	(30.056)	-	1.293.690
Total do passivo	9.471.443	-	45.541	-	9.516.984
Total do passivo e patrimônio líquido	10.795.189	-	15.485	-	10.810.674

a. Balanço Patrimonial	SalDOS em 01/01/2016				
	Anteriormente apresentado	Impactos da retificação de erros			Reapresentado
		(i)	Ajustes (ii)	(iii)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	522.260	-	14.531	-	536.791
Total do ativo não circulante	7.905.545	-	14.531	-	7.920.076
Total do ativo	10.769.014	-	14.531	-	10.783.545
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	83.143	-	42.737	-	125.880
Total do passivo circulante	2.656.926	-	42.737	-	2.699.663
Prejuízos acumulados	(749.444)	-	(28.206)	-	(777.650)
Total do patrimônio líquido	1.026.930	-	(28.206)	-	998.724
Total do passivo	9.742.084	-	42.737	-	9.784.821
Total do passivo e patrimônio líquido	10.769.014	-	14.531	-	10.783.545

b. Demonstração de Resultados

	Saldos em 31/03/2016				Reapresentado
	Anteriormente apresentado	Impactos da retificação de erros			
		(i)	Ajustes (ii)	(iii)	
Receita líquida	740.939	38.014	-	-	778.953
Custo dos produtos vendidos	(314.176)	(23.622)	-	-	(337.798)
Lucro bruto	426.763	14.392	-	-	441.155
Com vendas e logística	(90.608)	(3.869)	-	-	(94.477)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos	358.936	10.523	-	-	369.459
Resultado financeiro líquido	(574.185)	-	(682)	-	(574.867)
Lucro (prejuízo) antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	(215.249)	10.523	(682)	-	(205.408)
Diferidos	37.554	-	232	-	37.786
Lucro (prejuízo) do período	(182.018)	10.523	(450)	-	(171.945)

c. Demonstração de Resultados Abrangentes

	Saldos em 31/03/2016				Reapresentado
	Anteriormente apresentado	Impactos da retificação de erros			
		(i)	Ajustes (ii)	(iii)	
Lucro (prejuízo) do período	(182.018)	10.523	(450)	-	(171.945)
Total do resultado abrangente	(177.526)	10.523	(450)	-	(167.453)

d. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Saldos em 31/03/2016				Reapresentado
	Anteriormente apresentado	Impactos da retificação de erros			
		(i)	Ajustes (ii)	(iii)	
Prejuízos acumulados	(863.951)	(56.988)	(28.656)	-	(949.595)
Total	916.915	(56.988)	(28.656)	-	831.271

d. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Saldos em 01/01/2016				Reapresentado
	Anteriormente apresentado	Impactos da retificação de erros			
		(i)	Ajustes (ii)	(iii)	
Prejuízos acumulados	(749.444)	-	(28.206)	-	(777.650)
Total	1.026.930	-	(28.206)	-	998.724

e. Demonstração do Fluxo de Caixa

	Saldos em 31/03/2016				Reapresentado
	Anteriormente apresentado	Impactos da retificação de erros			
		(i)	Ajustes (ii)	(iii)	
Lucro (prejuízo) do período para resultado antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	(182.018)	10.523	(682)	(33.231)	(205.408)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(37.554)	-	-	37.554	-
Contas a receber de clientes	251.741	(38.014)	-	-	213.727
Estoques	(2.389)	23.622	-	-	21.233
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	(11.934)	-	682	(4.323)	(15.575)
Outros passivos circulantes e não circulantes	(25.860)	3.869	-	-	(21.991)

f. Demonstração do Valor Adicionado

	Saldos em 31/03/2016				Reapresentado
	Anteriormente apresentado	Impactos da retificação de erros			
		(i)	Ajustes (ii)	(iii)	
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	751.524	38.014	-	-	789.538
Custos dos produtos vendidos, materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(193.751)	(27.491)	-	-	(221.242)
Valor adicionado bruto	561.787	10.523	-	-	572.310
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	502.291	10.523	-	-	512.814
Valor adicionado total a distribuir	528.468	10.523	-	-	538.991
Federais	(20.396)	-	(232)	-	(20.628)
Juros	460.189	-	682	-	460.871
Lucro (prejuízo) líquido	(182.018)	10.523	(450)	-	(171.945)

Valor adicionado total distribuído

528.468

10.523

-

-

538.991

4 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas informações contábeis intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente aos períodos apresentados.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a mesma. As informações contábeis intermediárias de controladas são incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre partes relacionadas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas, são eliminados na preparação das informações contábeis intermediárias consolidadas.

b. Receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas.

As receitas são mensuradas líquidas de impostos sobre vendas, devoluções, descontos comerciais e abatimentos.

Em conformidade com o Pronunciamento nº 30, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 30 (R1) - Receitas, a Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando, e somente quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) a Companhia e suas controladas tenham transferido para o comprador os riscos e os benefícios mais significativos inerentes à propriedade do bem;
- (iii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e suas controladas;
- (iv) a Companhia e suas controladas não mantêm envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem efetivo controle de tais bens; e
- (v) as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, possam ser confiavelmente mensuradas.

c. Moeda funcional e de apresentação

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada na data do balanço. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para reais (R\$) às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para reais (R\$) às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de conversão no patrimônio líquido.

d. Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis emitidos na data em que são originados. Todos os outros instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação em que a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa de ativo expiram, ou transfere os direitos de receber o fluxo de caixa contratual em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são transferidos, ou não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não mantém o controle sobre o ativo transferido.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

- **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.
- **Caixa e equivalentes de caixa**
Caixa, bancos e aplicações financeiras são os itens do balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa de liquidez imediata, com vencimento médio de três meses ou menos a contar da data do investimento, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- **Empréstimos e recebíveis**
Estes ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.
- **Passivos financeiros não derivativos**

Os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo menos quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

- **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**

Os ativos financeiros não classificados como valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente do fluxo de caixa futuro estimado, descontado na taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas na conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há perspectiva realista de recuperação do ativo, o montante em causa é amortizado. Se o valor da perda por redução ao valor recuperável diminuir posteriormente e puder ser objetivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da redução ao valor recuperável, a perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado.

- **Instrumentos financeiros derivativos**

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as suas variações são reconhecidas no resultado.

- **Capital social**

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no método do custo médio ponderado. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. O custo de madeira transferida de ativos biológicos é mensurado pelo custo apurado na data do corte.

f. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou na baixa de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Os encargos financeiros de empréstimos, que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Os custos de empréstimos que não estejam diretamente relacionados aos ativos são capitalizados com base em uma taxa média de captação sobre o saldo de obras em andamento. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Depreciação

A depreciação é calculada com base no valor residual utilizando o método linear, ao longo da vida útil estimada de cada ativo e é geralmente reconhecida no resultado (exceto para terrenos e construções em andamento).

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Seguem taxas anuais de depreciação:

Taxas ponderadas de depreciação anual

	31/03/2017	31/03/2016
Prédios e edificações	2,83%	3,83%
Instalações e benfeitorias	5,31%	9,46%
Móveis e utensílios	9,08%	10,07%
Veículos	21,96%	24,89%
Instrumentos técnico-científicos	11,47%	14,90%
Equipamentos de informática	19,13%	22,87%
Máquinas e equipamentos	6,85%	13,97%
Benfeitorias em propriedades de terceiros	7,39%	8,57%
Matrizes de eucalipto	20%	-

g. Ativo biológico

Os ativos biológicos consistem de florestas de eucalipto de plantio renováveis para a produção de celulose. Estes ativos são mensurados ao seu valor justo menos o custo de venda - cujo impacto reflete na demonstração de resultado do exercício. A exaustão é mensurada com base na quantidade de madeira colhida das florestas.

h. Arrendamento operacional

(i) Arrendamento operacional de terra

Os custos dos arrendamentos operacionais de terra são apropriados na formação das florestas juntamente com demais custos relacionados de acordo com o período de competência e posteriormente alocados ao custo da celulose no processo fabril.

(ii) Demais arrendamentos

Os pagamentos para os demais arrendamentos operacionais (take or pay) são reconhecidos no estoque pela aquisição dos produtos químicos e posteriormente alocados ao custo da celulose no processo fabril, conforme nota 29.

i. Intangível

(i) Ágio decorrente de combinação de negócios

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao valor justo, líquido da perda acumulada no valor recuperável.

O ágio é submetido anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que poderão apresentar redução. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a perda é reconhecida diretamente no resultado do exercício e não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação de determinado ativo com o respectivo ágio alocado, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

(ii) Outros ativos intangíveis

Outros intangíveis, incluindo concessão do terminal e software, adquiridos pela Companhia tem vida útil definida e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por *impairment* acumulados.

(iii) Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Software	4 anos
Mais valia pelo direito de uso da concessão de movimentação portuária	14 anos
Concessão do terminal	14 anos

j. Redução ao valor recuperável

Ao fim de cada exercício, o valor contábil para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável é revisto. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado.

Para os testes de *impairment*, os ativos são agrupados juntos no menor ativo do grupo, que gera entradas de caixa do uso que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio resultante de uma combinação de negócios é alocado para UGC ou grupos de UGCs que devem se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o seu justo valor deduzido dos custos de venda. O valor em uso é baseado nos fluxos de caixa futuros, descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Uma perda por *impairment* é reconhecida se o valor contábil de um ativo ou UGC exceda seu valor recuperável. As perdas por *impairment* são reconhecidas nos lucros ou prejuízos.

Uma perda por *impairment* em relação a ágio não é revertida. Para outros ativos, uma perda por *impairment* é revertida somente na medida em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por *impairment* tivesse sido reconhecida.

k. Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio da Companhia e suas controladas.

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida como passivo, quando são obrigações presentes que possam ser estimadas de maneira confiável, e é mais provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

m. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido do exercício e a média ponderada de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

n. Imposto de renda e contribuição social

O resultado com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda - (IRPJ) e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (CSLL), limitada a 30% do lucro tributável anual.

(i) Impostos correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre lucro ou prejuízo tributável do exercício, e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. É calculado com base nas alíquotas fiscais decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação.

(ii) Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as diferenças temporárias a seguir:

- O reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete a contabilidade, tampouco o lucro ou o prejuízo tributável.
- Diferenças relacionadas a investimentos em controladas, filiais e coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto (*joint venture*) na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão e é provável que elas não revertam num futuro previsível.
- Imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos por prejuízos fiscais, créditos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os impostos diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações contábeis intermediárias.

o. Benefícios a empregados

Plano de previdência privada de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de Previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os empregados prestam serviços.

p. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações internacionais serão efetivas para períodos iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou de forma antecipada essas alterações na preparação destas informações contábeis intermediárias. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

(i) IFRS 9 - Financial Instruments (CPC 48 Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 (CPC 48) substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 (CPC 48) inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 (CPC 48) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para informações contábeis de acordo com as IFRSs.

A Companhia avaliou as alterações introduzidas por esta norma e concluiu que a sua adoção não resultará em impactos significativos nas suas informações contábeis, sobretudo na mensuração das perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa de clientes (PECLD) cujos valores são imateriais e, portanto, não representativos ao seu contas à receber. Adicionalmente, alguns aspectos relativos à apresentação dos instrumentos financeiros nas informações contábeis sofrerão alterações apenas no âmbito de classificação para refletir os novos conceitos introduzidos nesta norma, por conseguinte também não trarão impactos expressivos.

Divulgações

A IFRS 9 (CPC 48) exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas.

Transição

Os principais temas abordados na IFRS 9 (CPC 48) avaliados pela Companhia foram:

- A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
- A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros.
- A designação de determinados investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação.
- A determinação dos preceitos que devem ser estabelecidos para a constituição das provisões de perdas.

(ii) IFRS 15 Revenues from Contracts with Customers (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 (CPC 47) introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 (CPC 47) substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo os CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e o CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 (CPC 47) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para informações contábeis de acordo com as IFRSs. A Companhia avaliou as alterações introduzidas por esta norma e concluiu que a sua adoção não resultará em impactos significativos nas suas informações contábeis, sobretudo pelo fato de que em sua operação não há obrigações de desempenho posteriores a entrega dos bens, portanto a sua obrigação de desempenho se finda no instante da transferência do referido bem ao comprador. Os demais critérios para o reconhecimento da receita tratados nesta norma já são plenamente e regularmente atendidos pela Companhia.

Transição

A Companhia adotará a IFRS 15 (CPC 47) em suas informações contábeis para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2018 e pretende utilizar a abordagem retrospectiva. Como resultado, a Companhia aplicará todos os requerimentos da IFRS 15 (CPC 47) a cada período comparativo apresentado ajustando suas informações contábeis anteriormente apresentadas.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

(iii) IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que

representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para informações contábeis de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes na, ou antes da, data de aplicação inicial da IFRS 16.

A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 16 vai ter nas informações contábeis e nas suas divulgações.

(iv) Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas informações contábeis da Companhia.

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Disponibilidades	3	6	4	7
Bancos - Depósitos à vista	16.655	8.692	222.452	173.187
Bancos - Aplicações financeiras (a)	440.888	820.904	440.889	871.443
	<u>457.546</u>	<u>829.602</u>	<u>663.345</u>	<u>1.044.637</u>

- (a) Estas são aplicações financeiras de liquidez diária alocadas em Certificado de Depósito Bancário (“CDB”) de instituições financeiras de primeira linha com o rendimento que acompanha a taxa interbancária Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5.2 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Fundo Caixa FI (a)	63.944	60.300	63.944	60.300
CDB CEF (b)	102.310	101.099	102.310	101.099
Banco do Brasil Paris (c)	-	-	96.717	-
	<u>166.254</u>	<u>161.399</u>	<u>262.971</u>	<u>161.399</u>

- (a) Aplicação em renda fixa junto à Caixa Econômica Federal, com rendimento bruto de acordo com a variação do CDI. Esses recursos estão atrelados como reciprocidade de aplicação financeira à Emissão de Debêntures no FI-FGTS, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.4.
- (b) Aplicação CDB junto à Caixa Econômica Federal, com rendimento bruto de acordo com a variação do CDI. Esses recursos estão atrelados como reciprocidade de aplicação financeira à Emissão de NCE, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.2 (i) e (vi).
- (c) Disponibilização em conta corrente junto ao Banco do Brasil Paris. Esses recursos estão atrelados como reciprocidade à operação de Term Loan, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.2 (ix).

6 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidada	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Mercado nacional	113.757	139.369	113.759	139.370
Mercado externo	<u>832.075</u>	<u>814.751</u>	<u>357.025</u>	<u>386.083</u>
	<u>945.832</u>	<u>954.120</u>	<u>470.784</u>	<u>525.453</u>

O saldo de contas a receber por idade de vencimento está demonstrado como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
A vencer	750.323	768.320	438.395	432.458
Vencido entre 1 a 30 dias	146.590	167.675	6.855	64.772
Vencido entre 31 e 60 dias	35.559	6.547	7.980	12.962
Vencido entre 61 e 90 dias	1.018	2.420	1.744	4.803
Acima de 90 dias	<u>12.342</u>	<u>9.158</u>	<u>15.810</u>	<u>10.458</u>

<u>Controladora</u>		<u>Consolidada</u>	
31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
<u>945.832</u>	<u>954.120</u>	<u>470.784</u>	<u>525.453</u>

A Companhia não identificou a necessidade de constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que possui instrumentos financeiros de proteção ao crédito para mercados de alto risco, análise e monitoramento constante dos limites de créditos concedidos e cobrança ativa de valores pendentes e vencidos em todos os mercados em que atua, desta forma esse conjunto de boas práticas colaboram fortemente e garantem o recebimento.

7 Partes relacionadas

Os principais saldos entre partes relacionadas nas contas patrimoniais e transações que influenciaram nas contas de resultado decorrem de operações em condições e preços de mercado estabelecidos entre as partes e estão a seguir apresentados:

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Modalidade	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Ativo circulante					
Cellulose Eldorado Áustria GmbH (nota 6)	Venda de celulose	710.827	695.907	-	-
Eldorado EUA (nota 6)	Venda de celulose	94.708	94.377	-	-
JBS (nota 6)	Venda de maciço florestal	59	356	59	356
Eldorado Intl. Finance GmbH	Repasse de custos	2.665	2.741	-	-
Empréstimos para administradores	Empréstimo (vii)	<u>26.059</u>	<u>24.500</u>	<u>26.059</u>	<u>24.500</u>
Total do ativo circulante		<u>834.318</u>	<u>817.881</u>	<u>26.118</u>	<u>24.856</u>
Passivo circulante					
JBS (nota 15)	Diversos (v)	604	218	604	218
Seara Alimentos (nota 15)	Consumíveis (vi)	18	-	18	-
Cellulose Eldorado Áustria GmbH	PPE (ii)	71.928	74.041	-	-
Eldorado Intl. Finance GmbH	PPE (iii)	30.262	5.158	-	-
J&F Investimentos	Aval (i)	16.837	36.205	16.837	36.205
J&F Investimentos (nota 15)	Conta corrente (iv)	4.500	4.500	4.500	4.500
Rishis Empreend. e Partic. (nota 15)	Prestação de serviço	9.204	7.704	-	-
Total do passivo circulante		<u>133.353</u>	<u>127.826</u>	<u>21.959</u>	<u>40.923</u>
Passivo não circulante					

		Controladora		Consolidado	
	Modalidade	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Cellulose Eldorado Áustria GmbH	PPE (ii)	243.351	250.317	-	-
Eldorado Intl. Finance GmbH	PPE (iii)	1.083.593	1.114.612	-	-
Total do passivo não circulante		1.326.944	1.364.929	-	-
Resultado					
Cellulose Eldorado Áustria GmbH	Venda de celulose	427.089	698.244	-	-
Eldorado EUA Inc.	Venda de celulose	56.495	90.246	-	-
JBS	Venda de cavaco	-	1.453	-	1.453
JBS	Venda de energia	1.164	-	1.164	-
Enersea Comercializ. de Energia	Venda de energia	374	-	374	-
Total da receita (nota 21)		485.122	789.943	1.538	1.453
Cellulose Eldorado Áustria (nota 24)	PPE (ii)	(4.659)	-	-	-
Eldorado Intl. Finance GmbH (nota 24)	PPE (iii)	(25.062)	-	-	-
JBS	Diversos (v)	(1.881)	(1.461)	(1.881)	(1.461)
Seara Alimentos	Consumíveis (vi)	(93)	-	(93)	-
J&F Investimentos (nota 24)	Aval (i)	(16.837)	(21.255)	(16.837)	(21.255)
Empréstimos para administradores	Empréstimo (vii)	1.559	-	1.559	-
Rishis Empreend. e Partic.	Prestação de serviço	(7.122)	(2.198)	-	-
Total do resultado		431.027	765.029	(15.714)	(21.263)

- (i) Aval concedido pela *holding* J&F Investimentos S.A., para garantia das operações de financiamentos que a Eldorado possui com instituições financeiras.
- (ii) Operação de financiamento à exportação concedida pela Cellulose Eldorado Austria GmbH para a Eldorado Brasil Celulose S.A com prazo de 5 anos, com taxa de juros de 6% a.a. + variação cambial.
- (iii) Operação de financiamento à exportação concedida pela Eldorado Intl. Finance GmbH para a Eldorado Brasil Celulose S.A com prazo de 5 anos, com taxa de juros de 9,8% a.a. + variação cambial.
- (iv) Conta corrente com a controladora J&F Investimentos S.A. referente a indenização pela entrega de área de brotação de florestas de eucalipto inferior ao acordado no compromisso de compra e venda da Fazenda Bonito.
- (v) Refere-se a valores a pagar sobre diversas transações, dentre elas: frete no transporte de madeira, aquisição de consumíveis para utilização no refeitório, aluguel de imóvel administrativo e de data center, etc.
- (vi) Refere-se a aquisição de consumíveis para utilização no refeitório e kits natalinos.
- (vii) Remuneração aos empréstimos ao Diretor Presidente a taxa 100% CDI, com vencimento em 31 de dezembro de 2017, liquidado antecipadamente em 28 de setembro de 2017.

7.1 Remuneração dos dirigentes

A despesa de remuneração do pessoal-chave da Administração inclui conselheiros e diretores, apresenta os seguintes montantes para os períodos findos em:

	31/03/2017	31/03/2016
Benefícios (a)	7.733	8.847

- a) Os benefícios incluem remuneração fixa (salários, férias e 13º salário), contribuição previdenciária ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bônus e outros. Todos os diretores são parte de contrato de trabalho no regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e seguem todas as prerrogativas legais de remunerações e benefícios.

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Mudas	3.128	3.404	3.128	3.404
Matéria-prima (madeira para produção)	161.549	165.232	161.549	165.232
Celulose	43.193	42.829	216.349	199.055
Insumos	23.196	23.539	23.196	23.539
Almoxarifados	<u>116.460</u>	<u>114.836</u>	<u>116.581</u>	<u>114.956</u>
	<u>347.526</u>	<u>349.840</u>	<u>520.803</u>	<u>506.186</u>

Durante o período foi adicionado ao estoque de matéria-prima o montante de R\$ 81.484 (R\$ 103.487 em 31 de dezembro de 2016), referente ao corte de ativo biológico, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

9 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
ICMS (i)	876.589	825.284	877.249	828.768
PIS e COFINS (ii)	14.516	18.153	14.539	18.227
IPI	60	68	60	68
ISS	115	111	115	111
INSS	-	-	-	-
REINTEGRA (iii)	14.779	11.269	14.779	11.269
IRRF (iv)	4.060	30.184	4.060	30.195
IRPJ a compensar (v)	13.258	-	13.258	-
CSLL a compensar (v)	224	-	224	-
IRPJ antecipação (vi)	30.373	11.267	33.040	11.267
CSLL antecipação (vi)	<u>11.204</u>	<u>12.656</u>	<u>11.210</u>	<u>12.656</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
	<u>965.178</u>	<u>908.992</u>	<u>968.534</u>	<u>912.561</u>
Desmembramento				
Ativo circulante	250.484	168.177	251.187	168.913
Ativo não circulante	<u>714.694</u>	<u>740.815</u>	<u>717.347</u>	<u>743.648</u>
	<u>965.178</u>	<u>908.992</u>	<u>968.534</u>	<u>912.561</u>

(i) ICMS

A Companhia possui saldo de ICMS acumulado ao longo dos últimos exercícios provenientes de créditos por aquisição de insumos aplicados no processo produtivo, bens classificados como ativo imobilizado para implantação de sua unidade localizada em Três Lagoas - MS.

A Companhia vem priorizando uma série de ações no sentido de maximizar a utilização desses créditos e, atualmente, não são esperados prejuízos na sua realização. Entre as ações planejadas pela Companhia, destacam-se o incremento das vendas de celulose para o mercado interno, o que possibilitaria a realização de parte desses créditos, e a obtenção, junto ao governo do Mato Grosso do Sul, de autorização para utilizar os créditos de ICMS para pagar fornecedores que serão contratados no âmbito do Projeto Vanguarda 2.0 para expansão da capacidade de produção.

(ii) PIS e COFINS

Corresponde substancialmente a créditos não cumulativos de PIS e COFINS por aquisição de imobilizado, em decorrência da finalização da construção de sua planta industrial colocada em operação ao final do exercício de 2012. Este montante refere-se a créditos incidentes sobre aquisições de equipamentos e de prestação de serviços, os quais são realizáveis mediante compensação com os débitos desses tributos incidentes sobre vendas no mercado interno e com imposto de renda e contribuição social a pagar sobre lucros, e processo de pedidos de ressarcimento à Receita Federal.

(iii) REINTEGRA

A partir de outubro de 2014, a Companhia adotou o decreto nº 7.633, de 01 de dezembro de 2011, que regulamentou o REINTEGRA.

O Reintegra estabelece a possibilidade da pessoa jurídica produtora, que efetua a exportação de bens manufaturados no país, apurar valor para fins de ressarcimento parcial ou integral de resíduo tributário existente na sua cadeia de produção. A regulamentação do Reintegra estabelece que o valor será calculado mediante a aplicação do percentual vigente à época da transação, sobre a receita decorrente da exportação de bens produzidos pela pessoa jurídica produtora.

(iv) IRRF

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras de curto prazo, realizável mediante compensação com imposto de renda e contribuição social a pagar sobre lucros.

(v) IRPJ e CSLL a compensar

Corresponde ao imposto de renda e contribuição social em 2016, recolhidos antecipadamente sob regime de apuração pelo Lucro Real e que no encerramento do exercício, quando da apuração efetiva observou-se recolhimento efetuado a maior. Com base na legislação vigente será compensado com tributos federais a pagar em 2017.

(vi) IRPJ e CSLL - antecipação

Corresponde ao imposto de renda e contribuição social pessoa jurídica recolhido antecipadamente com base no lucro fiscal apurado, atendendo as regras previstas na sistemática do regime de apuração pelo Lucro Real. Ao final de cada exercício, o saldo antecipado é realizado através da compensação com o montante apurado de imposto de renda e contribuição social corrente devido.

10 Adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Compra de madeira (i)	95.562	89.665	95.562	89.665
Outros	18.390	17.742	18.557	17.860
	<u>113.952</u>	<u>107.407</u>	<u>114.119</u>	<u>107.525</u>
Desmembramento				
Ativo circulante	28.581	30.459	28.748	30.577
Ativo não circulante	85.371	76.948	85.371	76.948
	<u>113.952</u>	<u>107.407</u>	<u>114.119</u>	<u>107.525</u>

- (i) Referem-se a adiantamentos efetuados aos fornecedores de madeira, em conformidade com contratos de compra para entrega futura, cuja exigibilidade ocorrerá quando do recebimento físico da madeira. Especialistas da Companhia avaliam e acompanham o desenvolvimento das florestas, visando a mitigar riscos associados ao cumprimento do contrato.

11 Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia estão representados por florestas de eucalipto em formação, destinadas ao fornecimento de madeira para produção de celulose, 98,6% em áreas localizadas no Estado de Mato Grosso do Sul e o restante no Estado do Mato Grosso.

Os saldos contábeis no início e no final do exercício são compostos por:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
No início do exercício	2.050.789	1.736.309
Movimentação do valor justo de ativo biológico líquido das despesas de venda	310.259	1.348
Corte da floresta para estoque	(81.484)	(103.487)
Custo aplicado na formação	<u>89.264</u>	<u>416.619</u>
	<u>2.368.828</u>	<u>2.050.789</u>

Atualmente, a Companhia possui uma área produtiva de 226.667 hectares (226.528 hectares em 31 dezembro de 2016), desconsiderando, entre outras, as áreas de preservação permanente e de reserva legal, visando ao atendimento à legislação ambiental vigente.

Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

De acordo com a hierarquia estabelecida no CPC 46 (equivalente ao IFRS 13) “Medidas ao valor justo”, o cálculo dos ativos biológicos é classificado no nível 3, devido à sua estrutura de complexidade e de cálculo.

A Companhia, para reconhecer seus ativos biológicos a valor justo, utilizou o modelo de Fluxo de Caixa Descontado (DCF - Discounted Cash Flow). Em linhas gerais, a metodologia pode ser sintetizada pela projeção de crescimento da floresta e subsequente exaustão da mesma, com idade de corte entre 6 e 8 anos, considerando-se restrições operacionais e de demanda anual.

O volume de produção de árvores a ser cortada foi estimado considerando a produtividade média em metros cúbicos de madeira de cada plantação por hectare na época da colheita. Esse crescimento é representado pelo Incremento Médio Anual (IMA) expresso em metros cúbicos por hectare/ano. Os custos de manuseio das culturas contemplam gastos com a adubação, controle de plantas daninhas, combate a formigas e outras pragas, manutenção de estradas e aceiros, e outros serviços necessários à manutenção das florestas plantadas.

Algumas premissas foram alteradas a partir do 1º trimestre de 2017. Foram elas: o preço médio de venda para madeira de eucalipto considerado foi estimado para o mercado local, ajustado para refletir o preço da madeira “em pé” por região o qual é impactado pelo raio de distância entre a fazenda e a unidade produtiva; a produtividade estimada das florestas que ainda não tenham ao menos duas medições de inventário, foi considerada levando em conta a média da produtividade das florestas plantadas nos últimos três anos com inventário (2013, 2014 e 2015); a taxa de desconto real utilizada foi de 6,1% (WACC); e foi considerado para efeito de remuneração das terras próprias o custo médio anual por hectare do arrendamento de terra pago a terceiros.

A Companhia decidiu por avaliar trimestralmente seu ativo biológico, por entender que esse procedimento é suficiente para demonstrar a evolução do valor justo das florestas.

Os principais pontos considerados na estimativa do valor justo dos ativos biológicos foram:

	31/03/2017	31/12/2016
Área produtiva atual (hectare)	226.667	226.528
Incremento médio anual (IMA) - m ³ / hectare	38,72	38,46
Taxa de desconto (WACC sem índice de preços ao consumidor) - %	6,1	4,5
Estimativa não financeira de quantidade física (hectare)	7.315	13.059

12 Investimentos

Informações relevantes sobre os investimentos em controladas no período findo em 31 de março de 2017

Em controladas:	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (prejuízo) líquido
Cellulose Eldorado Austria Gmbh	100%	1.081.227	29.570	19.930	511.648	40.735
Rishis Empreendimentos e Participações S.A.	100%	92.769	108.979	91.058	4.998	(15)
Na controladora:	Saldo em 31.12.2016	Amortização	Ajuste acumulado de conversão	Lucros não realizados nos estoques	Resultado de equivalência	Saldo em 31.03.2017
Cellulose Eldorado Austria Gmbh	(87.412)	-	170	18.675	40.735	(27.832)
Rishis Empreendimentos e Participações S.A.	91.073	-	-	-	(15)	91.058
Mais valia pelo direito de uso da concessão de movimentação portuária	17.001	(2.063)	-	-	-	14.938
Total	20.662	(2.063)	170	18.675	40.720	78.164
Provisão para perda em investimentos	87.412					27.832

Controladas

Cellulose Eldorado Austria GmbH

Em dezembro de 2012, foram abertas duas unidades estrategicamente localizadas no exterior, denominadas Eldorado USA Inc. (Estados Unidos) e Cellulose Eldorado Austria GmbH (Áustria), com o objetivo de atender à demanda de contratos de venda firmados no exterior e de prospecção de novas vendas no exterior. Adicionalmente, foi aberto em 2013, um escritório comercial na China (Xangai), em continuidade à expansão da presença da Companhia no mercado externo.

A Eldorado Intl Finance GmbH é uma sociedade constituída para a emissão de bônus no mercado internacional, de modo a segregar tal função das demais atividades realizadas pelas controladas da Eldorado. A sociedade foi constituída em fevereiro de 2016, tendo iniciado suas atividades em junho de 2016, com a emissão do bônus.

Rishis Empreendimentos e Participações S.A.

Rishis é uma sociedade voltada, entre outras atividades, à exploração de armazéns alfandegados e terminais e à prestação de serviços de “operador portuário”, sendo arrendatária de armazéns externos localizados na margem direita do Porto de Santos, totalizando uma área de, aproximadamente, 12.000 m².

Em 12 de agosto de 2011, a Companhia adquiriu um bônus de subscrição com direito à subscrição de 517.647 ações ordinárias, representativas de 46,32% do capital social votante da Rishis, com prêmio de emissão no valor de R\$ 9.000 e preço de exercício no valor fixo de R\$ 13.500, cujo direito foi exercido e pago em 36 parcelas. Do direito exercido, foram subscritas 279.569 ações da Rishis e, conseqüentemente, foram integralizados R\$ 7.299 no capital social realizado da Rishis.

Em 8 de outubro de 2013, a Companhia adquiriu o controle da Rishis através do aumento de participação acionária de 46,32% para 60%.

Em 11 de agosto de 2014, a Companhia adquiriu participação adicional de 40% na Rishis, através de pagamento em espécie, passando de 60% para 100%.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia iniciou sua operação no porto de Santos.

A Administração da Companhia busca, com essa transação, aumento da eficiência operacional logística, adicionando competitividade na exportação de celulose.

Mais valia pelo direito de uso da concessão de movimentação portuária

A Companhia mantém registrado, em 31 de março de 2017, mais valia pelo direito de uso de área na zona portuária objeto de contrato de arrendamento que está sendo amortizada pelo tempo de direito de uso.

13 Imobilizado

Controladora 2017

	Taxas ponderadas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terra nua e terrenos	-	101.701	-	101.701
Prédios e edificações	2,83%	1.094.689	(134.765)	959.924
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10,00%	14.746	(4.879)	9.867
Instalações e benfeitorias	5,27%	251.840	(41.985)	209.855
Móveis e utensílios	9,03%	8.207	(2.465)	5.742
Veículos	21,96%	137.568	(67.154)	70.414
Instrumentos técnicos-científicos	11,44%	6.007	(2.868)	3.139
Equipamentos e informática	19,12%	62.221	(46.657)	15.564
Máquinas e equipamentos	6,85%	3.748.434	(643.043)	3.105.391
Matrizes de eucalipto	20,00%	79	(17)	62
Obras em andamento e adiantamento para imobilizado	-	<u>233.683</u>	<u>-</u>	<u>233.683</u>
		<u>5.659.175</u>	<u>(943.833)</u>	<u>4.715.342</u>

Controladora 2016

	Taxas ponderadas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terra nua e terrenos	-	101.701	-	101.701
Prédios e edificações	3,84%	1.094.689	(126.718)	967.971
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10,00%	14.746	(4.510)	10.236
Instalações e benfeitorias	8,56%	249.505	(39.034)	210.471
Móveis e utensílios	10,13%	7.990	(2.276)	5.714
Veículos	24,35%	138.376	(61.104)	77.272
Instrumentos técnicos-científicos	15,49%	5.893	(2.712)	3.181
Equipamentos e informática	22,58%	62.169	(43.870)	18.299
Máquinas e equipamentos	17,22%	3.747.928	(601.473)	3.146.455
Matrizes de eucalipto	20,00%	79	(13)	66
Obras em andamento e adiantamento para imobilizado	-	<u>218.903</u>	<u>-</u>	<u>218.903</u>
		<u>5.641.979</u>	<u>(881.710)</u>	<u>4.760.269</u>

Consolidado 2017

	Taxas ponderadas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terra nua e terrenos	-	101.701	-	101.701

Consolidado 2017				
	Taxas ponderadas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Prédios e edificações	2,83%	1.094.689	(134.765)	959.924
Benfeitorias em propriedade de terceiros	7,39%	70.559	(10.832)	59.727
Instalações e benfeitorias	5,31%	256.998	(42.126)	214.872
Móveis e utensílios	9,08%	8.574	(2.575)	5.999
Veículos	21,96%	137.678	(67.254)	70.424
Instrumentos técnicos-científicos	11,47%	6.007	(2.868)	3.139
Equipamentos e informática	19,13%	63.337	(47.245)	16.092
Máquinas e equipamentos	6,85%	3.757.788	(643.978)	3.113.810
Matrizes de eucalipto	20,00%	79	(17)	62
Obras em andamento e adiantamento para imobilizado	-	<u>239.579</u>	<u>-</u>	<u>239.579</u>
		<u>5.736.989</u>	<u>(951.660)</u>	<u>4.785.329</u>

Consolidado 2016				
	Taxas ponderadas anuais de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Terra nua e terrenos	-	101.701	-	101.701
Prédios e edificações	3,84%	1.094.689	(126.718)	967.971
Benfeitorias em propriedade de terceiros	7,31%	70.560	(9.467)	61.093
Instalações e benfeitorias	8,80%	254.664	(39.047)	215.617
Móveis e utensílios	10,34%	8.360	(2.370)	5.990
Veículos	24,35%	138.489	(61.194)	77.295
Instrumentos técnicos-científicos	15,58%	5.893	(2.712)	3.181
Equipamentos e informática	22,69%	63.282	(44.410)	18.872
Máquinas e equipamentos	17,19%	3.757.283	(602.233)	3.155.050
Matrizes de eucalipto	20,00%	79	(13)	66
Obras em andamento e adiantamento para imobilizado	-	<u>224.806</u>	<u>-</u>	<u>224.806</u>
		<u>5.719.806</u>	<u>(888.164)</u>	<u>4.831.642</u>

Movimentação do ativo imobilizado

Controladora

Movimentação	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/03/2017
Terra nua e terrenos	101.701	-	-	-	-	101.701
Prédios e edificações	967.971	-	-	-	(8.047)	959.924
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10.236	-	-	-	(369)	9.867
Instalações e benfeitorias	210.471	-	-	2.334	(2.950)	209.855
Móveis e utensílios	5.714	2	(6)	221	(189)	5.742
Veículos	77.272	66	(138)	-	(6.786)	70.414
Instrumentos técnico-científicos	3.181	113	-	-	(155)	3.139
Equipamentos de informática	18.299	65	(13)	22	(2.809)	15.564
Máquinas e equipamentos	3.146.455	1.292	(874)	1.624	(43.106)	3.105.391
Matrizes de eucalipto	66	-	-	-	(4)	62
Obras em andamento e adiantamentos para imobilizado	<u>218.903</u>	<u>18.981</u>	<u>-</u>	<u>(4.201)</u>	<u>-</u>	<u>233.683</u>
	<u>4.760.269</u>	<u>20.519</u>	<u>(1.031)</u>	<u>-</u>	<u>(64.415)</u>	<u>4.715.342</u>

Controladora

Movimentação	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2016
Terra nua e terrenos	101.701	-	-	-	-	101.701
Prédios e edificações	964.943	-	-	34.967	(31.939)	967.971
Benfeitorias em propriedade de terceiros	11.711	-	-	-	(1.475)	10.236
Instalações e benfeitorias	206.872	427	-	14.428	(11.256)	210.471
Móveis e utensílios	5.427	797	-	143	(653)	5.714
Veículos	91.016	33.397	(20.687)	-	(26.454)	77.272
Instrumentos técnico-científicos	2.699	989	-	14	(521)	3.181
Equipamentos de informática	27.453	1.914	-	216	(11.284)	18.299
Máquinas e equipamentos	3.224.771	72.764	(13.854)	26.943	(164.169)	3.146.455
Matrizes de eucalipto	-	-	-	79	(13)	66
Obras em andamento e adiantamentos para imobilizado	<u>128.400</u>	<u>168.572</u>	<u>-</u>	<u>(78.069)</u>	<u>-</u>	<u>218.903</u>
	<u>4.764.993</u>	<u>278.860</u>	<u>(34.541)</u>	<u>(1.279)</u>	<u>(247.764)</u>	<u>4.760.269</u>

Consolidado

Movimentação	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Variação cambial	Saldo em 31/03/2017
Terra nua e terrenos	101.701	-	-	-	-	-	101.701
Prédios e edificações	967.971	-	-	-	(8.047)	-	959.924
Benfeitorias em propriedade de terceiros	61.093	-	-	-	(1.366)	-	59.727
Instalações e benfeitorias	215.617	-	-	2.334	(3.079)	-	214.872
Móveis e utensílios	5.990	2	(6)	221	(206)	(2)	5.999
Veículos	77.295	66	(138)	-	(6.798)	(1)	70.424
Instrumentos técnico-científicos	3.181	113	-	-	(155)	-	3.139
Equipamentos de informática	18.872	65	(13)	29	(2.860)	(1)	16.092
Máquinas e equipamentos	3.155.050	1.292	(874)	1.624	(43.282)	-	3.113.810
Matrizes de eucalipto	66	-	-	-	(4)	-	62
Obras em andamento e adiantamentos para imobilizado	224.806	18.981	-	(4.208)	-	-	239.579
	<u>4.831.642</u>	<u>20.519</u>	<u>(1.031)</u>	<u>-</u>	<u>(65.797)</u>	<u>(4)</u>	<u>4.785.329</u>

Consolidado

Movimentação	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Variação cambial	Saldo em 31/12/2016
Terra nua e terrenos	101.701	-	-	-	-	-	101.701
Prédios e edificações	964.943	-	-	34.967	(31.939)	-	967.971
Benfeitorias em propriedade de terceiros	66.007	-	-	530	(5.444)	-	61.093
Instalações e benfeitorias	212.029	427	-	14.427	(11.259)	(7)	215.617
Móveis e utensílios	5.754	825	-	148	(719)	(18)	5.990
Veículos	91.097	33.397	(20.687)	-	(26.485)	(27)	77.295
Instrumentos técnico-científicos	2.699	989	-	14	(521)	-	3.181
Equipamentos de informática	28.153	1.913	-	328	(11.475)	(47)	18.872
Máquinas e equipamentos	3.233.324	72.764	(13.854)	27.671	(164.855)	-	3.155.050
Matrizes de eucalipto	-	-	-	79	(13)	-	66
Obras em andamento e adiantamentos para imobilizado	129.272	175.005	-	(79.470)	-	(1)	224.806
	<u>4.834.979</u>	<u>285.320</u>	<u>(34.541)</u>	<u>(1.306)</u>	<u>(252.710)</u>	<u>(100)</u>	<u>4.831.642</u>

Obras em andamento e adiantamentos para imobilizado

Os montantes em aberto com obras em andamento e com adiantamentos para imobilização em 31 de março de 2017 são relacionados às melhorias estruturais da fábrica de celulose e seu entorno, bem como com gastos com engenharia básica, licenciamento ambiental e obras de infraestrutura para a construção do Projeto Vanguarda 2.0, nova linha de produção com capacidade de mais de 2,3 milhões de toneladas de celulose por ano.

Os ativos da Companhia são dados em garantia aos seus empréstimos e financiamentos até o limite máximo de cada uma das dívidas assumidas (nota explicativa nº 16).

Teste de valor recuperável - imobilizado

O saldo de imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. No período, não foram identificadas evidências de perdas não recuperáveis.

14 Intangível

Controladora 2017				
	Taxas ponderadas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Software de informática	21,19%	14.387	(8.571)	5.816
Controladora 2016				
	Taxas ponderadas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Software de informática	25,10%	14.387	(7.937)	6.450
Consolidado 2017				
	Taxas ponderadas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Mais valia pelo direito de uso da concessão de movimentação portuária	6,94%	17.001	(2.063)	14.938
Software de informática	21,03%	15.041	(8.801)	6.240
Concessão de terminal	7,14%	20.988	(8.410)	12.578
		<u>53.030</u>	<u>(19.274)</u>	<u>33.756</u>
Consolidado 2016				
	Taxas ponderadas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio	-	17.001	-	17.001
Software de informática	25,18%	15.041	(8.134)	6.907

Consolidado 2016				
	Taxas ponderadas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Concessão de terminal	7,14%	20.988	(8.036)	12.952
		<u>53.030</u>	<u>(16.170)</u>	<u>36.860</u>

Movimentação do ativo intangível

Controladora

Movimentação	31/12/2016	Adições	Transferências	Amortizações	31/03/2017
Software de informática	6.450	-	-	(634)	5.816

Controladora

Movimentação	31/12/2015	Adições	Transferências	Amortizações	31/12/2016
Software de informática	7.279	417	1.279	(2.525)	6.450

Consolidado

Movimentação	31/12/2016	Adições	Transferências	Amortizações	31/03/2017
Mais valia pelo direito de uso da concessão de movimentação portuária (a)	17.001	-	-	(2.063)	14.938
Software de informática	6.907	-	-	(667)	6.240
Concessão de terminal	<u>12.952</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(374)</u>	<u>12.578</u>
	<u>36.860</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.104)</u>	<u>33.756</u>

Consolidado

Movimentação	31/12/2015	Adições	Transferências	Amortizações	31/12/2016
Ágio	17.001	-	-	-	17.001
Software de informática	7.838	418	1.306	(2.655)	6.907
Concessão de terminal	<u>14.451</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.499)</u>	<u>12.952</u>
	<u>39.290</u>	<u>418</u>	<u>1.306</u>	<u>(4.154)</u>	<u>36.860</u>

(a) Refere-se a mais valia pelo direito de uso da concessão de movimentação portuária (nota 12).

Bens do ativo imobilizado e intangível - teste de impairment

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia avaliou se havia qualquer indicação de que seus ativos ao final de suas vidas úteis talvez estivessem danificados ou desvalorizados, e concluiu que não há nenhuma indicação de *impairment*.

15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Materiais e serviços	49.907	48.520	44.577	55.139
Insumos	118.673	141.702	118.674	141.702
Outros	27.642	39.089	36.994	42.209
	<u>196.222</u>	<u>229.311</u>	<u>200.245</u>	<u>239.050</u>

16 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Vencimento	Controladora	
			31/03/2017	31/12/2016
Financiamentos para aquisição de ativo imobilizado				
FINAME - Financiamentos a Empreendimentos	Juros médios de 3% a 8% a.a.	Julho/2023	57.622	62.435
ACC - Adiantamento Contrato Câmbio (i)	Variação cambial + juros de 5,2% a 6,9% a.a.	Junho/2018	1.036.560	1.059.251
BNDES - Subcrédito A (ii)	TJLP + juros de 3,32% a.a.	Junho/2022	372.729	388.650
BNDES - Subcrédito B (ii)	Taxa variável BNDES + juros de 3,32% a.a.	Julho/2022	810.950	873.196
BNDES - Subcrédito C H e L (ii)	Taxa variável BNDES + juros de 4,52% a.a.	Julho/2022	923.685	994.585
BNDES - Subcrédito G (ii)	TJLP + juros de 2,92% a.a.	Junho/2022	97.493	101.657
BNDES - Subcrédito K (ii)	TJLP	Junho/2022	18.230	19.008
BNDES - Subcrédito D (ii)	TJLP + juros de 1,8% a.a.	Junho/2022	102.711	107.098
BNDES - Subcrédito E (ii)	Taxa variável BNDES + juros de 1,8% a.a.	Julho/2022	374.340	403.073
BNDES - Subcrédito F e J (ii)	Taxa variável BNDES + juros 3% a.a.	Julho/2022	208.818	224.846
BNDES - Subcrédito I (ii)	TJLP + juros de 1,4% a.a.	Junho/2022	26.378	27.504
FINEM Florestal (xii)	TJLP / selic + spread	Mai/2025	178.400	174.690
ECAs - Export Credit Agencies (iii)	Variação cambial + juros de 2,8% a.a. a 5,69% a.a.	Novembro/2022	983.910	999.609
Debêntures (segunda emissão) (iv)	IPCA + juros de 7,41% a.a.	Dezembro/2027	1.224.879	1.211.140

			<u>Controladora</u>	
Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Vencimento	31/03/2017	31/12/2016
FCO - Fundo para o Financiamento do Centro-Oeste (v)	Juros de 8,5% a.a. a 9,0% a.a.	Agosto/2017	24.044	23.565
Capital de Giro (vii)	Taxa de 5,74% a.a. em US\$	Dezembro/2020	30.224	33.739
PPE (viii)	LIBOR + spread	Março/2018	17.566	36.631
NCE (vi)	CDI + spread	Dezembro/2019	720.098	859.824
CCB (xi)	19,70% a.a.	-	-	16.955
Leasing	Pré-fixada - 12,9854% a.a.	Julho/2020	<u>2.561</u>	<u>2.715</u>
			<u>7.211.198</u>	<u>7.620.171</u>
Desmembramento				
Passivo circulante			2.145.886	2.291.414
Passivo não circulante			<u>5.065.312</u>	<u>5.328.757</u>
			<u>7.211.198</u>	<u>7.620.171</u>
O vencimento do passivo não circulante ocorrerá em:				
2018			837.816	
2019			1.000.297	
2020			759.404	
2021			748.444	
A partir de 2022			<u>1.719.351</u>	
			<u>5.065.312</u>	
			<u>Consolidado</u>	
Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Vencimento	31/03/2017	31/12/2016
Financiamentos para aquisição de ativo imobilizado				
FINAME - Financiamentos a Empreendimentos	Juros médios de 3% a 8% a.a	Julho/2023	57.622	62.435
ACC - Adiantamento Contrato Câmbio (i)	Varição cambial + juros de 5,2% a 6,9% a.a.	Junho/2018	1.036.560	1.059.251
BNDES - Subcrédito A (ii)	TJLP + juros de 3,32% a.a.	Junho/2022	372.729	388.650
BNDES - Subcrédito B (ii)	Taxa variável BNDES + juros de 3,32% a.a.	Julho/2022	810.950	873.196
BNDES - Subcrédito C H e L (ii)	Taxa variável BNDES + juros de 4,52% a.a.	Julho/2022	923.685	994.585
BNDES - Subcrédito G (ii)	TJLP + juros de 2,92% a.a.	Junho/2022	97.493	101.657

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Vencimento	Consolidado	
			31/03/2017	31/12/2016
BNDES - Subcrédito K (ii)	TJLP	Junho/2022	18.230	19.008
BNDES - Subcrédito D (ii)	TJLP + juros de 1,8% a.a.	Junho/2022	102.711	107.098
BNDES - Subcrédito E (ii)	Taxa variável BNDES + juros de 1,8% a.a.	Julho/2022	374.340	403.073
BNDES - Subcrédito F e J (ii)	Taxa variável BNDES + juros 3% a.a.	Julho/2022	208.818	224.846
BNDES - Subcrédito I (ii)	TJLP + juros de 1,4% a.a.	Junho/2022	26.378	27.504
FINEM Florestal (xii)	TJLP / selic + spread	Maió/2025	178.400	174.690
ECAs - Export Credit Agencies (iii)	Varição cambial + juros de 2,8% a.a. a 5,69% a.a.	Novembro/2022	983.910	999.609
Debêntures (segunda emissão) (iv)	IPCA + juros de 7,41% a.a.	Dezembro/2027	1.224.879	1.211.140
FCO - Fundo para o Financiamento do Centro-Oeste (v)	Juros de 8,5% a.a. a 9,0% a.a.	Agosto/2017	24.044	23.565
Capital de Giro (vii)	Taxa de 5,74% a.a. em US\$	Dezembro/2020	30.224	33.739
PPE (viii)	LIBOR + spread	Março/2018	17.566	36.631
NCE (vi)	CDI + spread	Dezembro/2019	720.098	859.824
CCB (xi)	19,70% a.a.	-	-	16.955
Term Loan (ix)	LIBOR + spread	Abril/2021	315.357	305.383
Bonds (x)	Taxa de 8,625% a.a.	Junho/2021	1.115.403	1.140.981
Leasing	Pré-fixada - 12,9854% a.a.	Julho/2020	2.561	2.715
			<u>8.641.958</u>	<u>9.066.535</u>
Desmembramento				
Passivo circulante			2.239.847	2.364.186
Passivo não circulante			6.402.111	6.702.349
			<u>8.641.958</u>	<u>9.066.535</u>
O vencimento do passivo não circulante ocorrerá em:				
2018			903.612	
2019			1.066.093	
2020			825.200	
2021			1.887.855	
A partir de 2022			1.719.351	
			<u>6.402.111</u>	

16.1 Movimentação de empréstimos e financiamentos

Controladora	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo inicial	7.620.171	9.366.633
Juros - provisionados	165.274	759.657
Variação cambial - provisionada	(134.186)	(986.571)
Captações	267.300	1.376.644
Pagamentos		
Principal	(570.309)	(1.828.600)
Juros	(134.229)	(664.922)
Variação cambial	<u>(2.823)</u>	<u>(402.670)</u>
Saldo final	<u>7.211.198</u>	<u>7.620.171</u>
Consolidado	31/03/2017	31/12/2016
Saldo inicial	9.066.535	9.366.633
Juros - provisionados	195.170	798.711
Variação cambial - provisionada	(175.034)	(1.091.623)
Captações	267.300	2.948.694
Pagamentos		
Principal	(570.309)	(1.828.600)
Juros	(139.117)	(724.067)
Variação cambial	<u>(2.587)</u>	<u>(403.213)</u>
Saldo final	<u>8.641.958</u>	<u>9.066.535</u>

16.2 Linhas de crédito da Companhia

- (i) Financiamento do capital de giro por meio de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACCs).
- (ii) Captações com o BNDES: em 22 de julho de 2011, a Companhia firmou contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), com aditivos celebrados em 5 de março e 10 de agosto de 2012, no valor total de R\$ 2,7 bilhões, para a construção da fábrica de papel e celulose, incluindo a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais e implantação do sistema de programa de investimentos sociais no âmbito da comunidade em áreas de influência da fábrica.
- (iii) Contratos de financiamento com as Agências de Crédito à Exportação – Export Credit Agencies (ECAs) – liberados em 28 de dezembro de 2012.
- (iv) Em 1º de dezembro de 2012, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures simples totalmente subscritas pelo FI-FGTS, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória. As debêntures foram integralmente distribuídas em 17 de dezembro de 2012.

- (v) Contrato de financiamento de Fundo para o Financiamento do Centro-Oeste (FCO), com o Banco do Brasil.
- (vi) Contratos de Notas de Crédito à Exportação (NCE), denominadas em reais.
- (vii) Empréstimos denominados em Dólar para financiamento da compra de locomotivas com a Caterpillar Financial Services.
- (viii) Em março de 2016 a Companhia celebrou um contrato de pré-pagamento à exportação visando alongar o perfil de amortização dos financiamentos ao capital de giro.
- (ix) Em maio de 2016, a Cellulose Eldorado Austria GmbH, subsidiária integral da companhia, celebrou contrato de financiamento (Term Loan) com o Banco do Brasil AG, Succursale France visando alongar o prazo médio de seus financiamentos.
- (x) Em junho de 2016, a Companhia, por meio de sua subsidiária integral Eldorado Intl. Finance GmbH, emitiu títulos de dívida no exterior (Senior Unsecured Bonds/Notes) no montante de USD 350.000 mil.
- (xi) Cédulas de Crédito Bancário contratadas para financiamento de equipamentos.
- (xii) Financiamento concedido pelo BNDES para fomento do plantio de eucaliptos da Companhia.

16.3 Restrições contratuais e covenants

A Companhia possui contratos de financiamentos que contam com determinadas obrigações de cumprimento de índices financeiros (covenants). Os contratos que contém obrigações desta natureza são: (i) os contratos de financiamento (Facility Agreements) celebrados com as Export Credit Agencies - ECAs, (ii) as Debêntures subscritas pelo FI-FGTS; (iii) as cartas de fiança bancária emitidas por Banco do Brasil e Santander para garantia do financiamento contratado pela Companhia com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; e (iv) o Facility and Arrangement Agreement (“Term Loan”), celebrado com Banco do Brasil na França.

Para todos os casos em que os índices obtidos pela Companhia não satisfizeram as condições restritivas requeridas por contrato, a Companhia obteve, anteriormente a 2017, a dispensa de verificação dos índices estabelecidos relativamente ao exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2016 ou, conforme o caso, a renegociação dos índices a novos patamares atendidos pela Companhia.

As premissas de avaliação de covenants vigentes e aplicáveis somente ao final do exercício são relacionadas a (i) Índice de cobertura do serviço da dívida; (ii) Dívida líquida sobre o EBITDA; (iii) Dívida líquida sobre o Patrimônio Líquido. Há, ainda, covenant relacionado ao limite de endividamento da Companhia a ser observado ao longo do exercício.

16.4 Garantias dos empréstimos

Todos os contratos de empréstimos e financiamentos nas modalidades de BNDES, FINEM Florestal e de ECAs e parte das modalidades de ACC, Finame, Capital de Giro, NCE e Debênture, são garantidos por aval concedido pela controladora J&F Investimentos S.A. A Debênture e certas dívidas de longo prazo também possuem como garantia valores aplicados

em aplicações financeiras conforme nota explicativa nº 5.2.

17 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016 (Reapresentado)	31/03/2017	31/12/2016 (Reapresentado)
Salários e encargos sociais	28.510	61.349	29.354	63.008
Provisões e encargos	32.449	28.366	33.004	28.848
Obrigações fiscais	75.152	57.320	75.986	58.088
	<u>136.111</u>	<u>147.035</u>	<u>138.344</u>	<u>149.944</u>

18 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Reconciliação das taxas efetivas de impostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016 (Reapresentado)	31/03/2017	31/03/2016 (Reapresentado)
Lucro (prejuízo) antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	<u>491.675</u>	<u>(205.420)</u>	<u>491.775</u>	<u>(205.408)</u>
Imposto de renda e contribuição social - alíquota nominal de 34%	(167.170)	69.843	(167.204)	69.839
Reconciliação para despesas efetivas:				
Resultado de investidas contabilizadas como capital próprio, líquido de impostos	20.194	(61.690)	-	-
Despesas não dedutíveis	(610)	186	(670)	186
Subvenção governamental	20.368	25.130	20.368	25.130
Efeito de impostos das subsidiárias no exterior	-	-	20.194	(61.690)
Outros	<u>3</u>	<u>6</u>	<u>(3)</u>	<u>(2)</u>
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	<u>(127.215)</u>	<u>33.475</u>	<u>(127.315)</u>	<u>33.463</u>
Taxa efetiva	(25,78%)	(16,27%)	(25,80%)	(16,27%)

(b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

Controladora e Consolidado	31/12/2016 (Reapresentado)	Adições	Deduções	31/03/2017
Prejuízo fiscal (i)	586.048	-	(7.190)	578.858

Controladora e Consolidado	31/12/2016 (Reapresentado)	Adições	Deduções	31/03/2017
Hedge - derivativos	(4.368)	4.368	-	-
Ativo biológico	(69.044)	(99.969)	-	(169.013)
Provisões operacionais	<u>31.223</u>	<u>-</u>	<u>(8.012)</u>	<u>23.211</u>
Saldo no período	<u>543.859</u>	<u>(95.601)</u>	<u>(15.202)</u>	<u>433.056</u>

(i) Em 31 de março de 2017, a Companhia possui um saldo de prejuízo contábil acumulado que, ajustado para as despesas e receitas não permitidas pela legislação fiscal para fins de cálculo da contribuição social e imposto de renda, totaliza R\$ 1.702.524.

Os impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão revertidos à medida que são liquidados ou realizados. Os prejuízos fiscais não expiram, no entanto, a utilização de prejuízos acumulados de anos anteriores está limitada a 30% do lucro tributável anual.

Ao avaliar a probabilidade de realização de ativos fiscais diferidos calculados sobre prejuízos fiscais, a Administração considera auferir lucro tributável no seu orçamento e no plano estratégico plurianual a partir de 2017, sendo assim, acredita-se na grande possibilidade que o ativo diferido será realizado.

19 Provisão para riscos processuais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível e, apoiada na opinião de seus assessores legais, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Com base nessa avaliação, as seguintes provisões foram efetuadas:

	31/12/2016	Adições	Baixas	Atualizações	31/03/2017
Cíveis	1.871	-	-	-	1.871
Trabalhistas	5.306	902	(838)	141	5.511
Tributárias	<u>307</u>	<u>-</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>304</u>
	<u>7.484</u>	<u>902</u>	<u>(841)</u>	<u>141</u>	<u>7.686</u>
	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualizações</u>	<u>31/12/2016</u>
Cíveis	952	1.149	(230)	-	1.871
Trabalhistas	3.776	3.916	(1.874)	(512)	5.306
Tributárias	<u>278</u>	<u>29</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>307</u>
	<u>5.006</u>	<u>5.094</u>	<u>(2.104)</u>	<u>(512)</u>	<u>7.484</u>

Em 31 de março de 2017, a Companhia figurava no polo passivo com processos de natureza ambiental, cível, trabalhista e tributária, no montante de R\$ 430.465 (R\$ 436.697 em 31 de dezembro de 2016), dos quais a Companhia provisionou R\$ 7.686 (R\$ 7.484 em 31 de dezembro de 2016), classificados por sua administração e assessores legais com probabilidade de perda

provável, acredita-se que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. A Administração espera que as negociações não ocorrerão durante pelo menos 12 meses. Em geral, as ações que deram origem aos processos tratam de pleitos de obrigação, indenização por danos morais e materiais, cobrança e interdito proibitório.

Para os processos classificados como perdas possíveis, no montante de R\$ 212.306 (R\$ 213.624 em 31 de dezembro de 2016) a Companhia entende que nenhuma provisão para perdas é necessária.

Dentre os casos acima, a Companhia é ré em uma disputa de propriedade intelectual com a Fibria Celulose S.A., a qual alega que a Companhia violou certos direitos relacionados à utilização de clones de eucalipto usados em pequena parte das plantações da Companhia. Em 19 de abril de 2013, a Fibria ingressou judicialmente com a Ação Cautelar de Produção Antecipada de Provas. Por tratar-se de mero expediente de produção de provas da Fibria, o laudo favorável às alegações da Fibria foi homologado e o processo extinto.

Em 01 de abril de 2016 a Companhia foi citada como ré em ação de obrigação de fazer pleiteando o valor de R\$ 100 milhões. Em 05 de maio de 2016, a Eldorado apresentou contestação com preliminar de incompetência e pedido reconvenicional com tutela de urgência, alegando em síntese que seguindo os critérios técnicos legais, o exame nas amostras demonstrou que as mudas não se tratavam dos clones da Fibria e que, mesmo se fossem, o uso pela Companhia estaria assegurado pelo que dispõe a Lei de Proteção de Cultivares, sem que houvesse qualquer dano à Fibria.

Em 26 de setembro de 2016, os autos foram conclusos e foi deferida a medida de urgência requerida pela Fibria, para cessação e abstenção imediata do plantio e propagação de eucaliptos clones de VT02 pela Companhia, em todo o território nacional.

Não foi constituída qualquer provisão para a referida ação, tendo em vista a probabilidade de perda ser possível.

Em 08 de dezembro de 2017 a CVM instaurou o Processo Administrativo Sancionador CVM n° 5388/2017 que tem por objeto apurar a compra de contratos derivativos de dólar em nome da Eldorado Brasil S.A. e de outras empresas integrantes de seu grupo econômico, entre os dias 05 e 17 de maio de 2017 com uso de práticas não equitativas, em suposta infração ao inciso II, alínea “d” da Instrução CVM n° 8/1979. Atualmente, o processo está aguardando a apresentação de defesa pelos acusados, cujo prazo encerra-se em maio de 2018. Na atual fase do processo não é possível classificar sua probabilidade de perda, bem como não foi constituída qualquer provisão para este processo.

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de março de 2017 é de R\$ 1.788.792 composto por 1.525.558.419 ações ordinárias.

	Ações ordinárias
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.525.558.419
Emissão de ações	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.525.558.419
Emissão de ações	-
Saldo em 31 de março de 2017	1.525.558.419

20.2 Reserva legal

Quando da ocorrência, é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, quando incorrido, nos termos do art. 193, da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

20.3 Dividendos

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o saldo do lucro líquido remanescente após a compensação de prejuízos acumulados, as destinações da reserva legal e da reserva de contingência é destinado ao pagamento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% ajustado na forma da lei societária.

20.4 Ajustes acumulados de conversão

Os ajustes acumulados de conversão representam as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das informações contábeis intermediárias de operações no exterior.

20.5 Resultado por ação

Básico

O cálculo do lucro básico por ação foi baseada no lucro atribuível aos acionistas ordinários dividido pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação:

	31/03/2017	31/03/2016 (Reapresentado)
Resultado atribuível aos acionistas	364.460	(171.945)
Total de ações do período - milhares	1.525.558	1.525.558
Lucro (prejuízo) por lote de mil ações	0,24	(0,11)

21 Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016 (Reapresentado)
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	105.920	112.236	105.920	112.236
Mercado externo	517.175	818.350	742.461	800.963
Descontos e abatimentos	<u>(701)</u>	<u>(855)</u>	<u>(141.273)</u>	<u>(125.297)</u>
	<u>622.394</u>	<u>929.731</u>	<u>707.108</u>	<u>787.902</u>
Deduções de vendas e tributos	<u>(17.380)</u>	<u>(8.237)</u>	<u>(11.249)</u>	<u>(8.949)</u>
Receita operacional líquida	<u>605.014</u>	<u>921.494</u>	<u>695.859</u>	<u>778.953</u>

22 Segmentos operacionais

a. Base para segmentação

A Administração da Companhia definiu três segmentos: celulose, energia e outros com base nos relatórios utilizados pelo Conselho para tomar decisões estratégicas e operacionais. O resumo a seguir descreve as operações de cada um dos segmentos, cujas metas de desempenho para fins de avaliação, são definidas e controladas:

Segmentos reportáveis	Operações
Energia	Geração e venda de energia.
Celulose	Cultivo e gerenciamento de recursos florestais, compra de madeira e fabricação de celulose.
Outros	Venda de cavaco, sucata e resíduos.

b. Segmentos reportáveis

As informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão apresentadas abaixo:

	Consolidado Mar/17			
	Celulose	Energia	Outros	Total
Receita líquida				
Mercado externo	602.371	-	-	602.371
Mercado interno	78.533	14.781	174	93.488
Custo dos produtos vendidos	<u>(284.170)</u>	<u>(961)</u>	<u>(1.266)</u>	<u>(286.397)</u>
Lucro (prejuízo) bruto	<u>396.734</u>	<u>13.820</u>	<u>(1.092)</u>	<u>409.462</u>

	Consolidado Mar/17			
	Celulose	Energia	Outros	Total
Despesas/receitas operacionais				
Administrativas e gerais	(33.048)	-	-	(33.048)
Com vendas e logística	(77.227)	-	-	(77.227)
Valor justo do ativo biológico	310.259	-	-	310.259
Depreciação, amortização e exaustão	(93.137)	-	-	(93.137)
Outras receitas (despesas) líquidas	30.959	-	-	30.959
Resultado financeiro líquido				
Despesas financeiras	(224.741)	-	-	(224.741)
Receitas financeiras	23.000	-	-	23.000
Variação cambial, líquida	146.248	-	-	146.248
Lucro (prejuízo) antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	479.047	13.820	(1.092)	491.775
Imposto de renda e contribuição social	(127.315)	-	-	(127.315)
Lucro (prejuízo) líquido do período	351.732	13.820	(1.092)	364.460
Consolidado Mar/16 (Reapresentado)				
	Celulose	Energia	Outros	Total
Receita líquida				
Mercado externo	677.961	-	-	677.961
Mercado interno	93.726	6.557	709	100.992
Custo dos produtos vendidos	(271.840)	(2.777)	(1.522)	(276.139)
Lucro (prejuízo) bruto	499.847	3.780	(813)	502.814
Despesas/receitas operacionais				
Administrativas e gerais	(30.103)	-	-	(30.103)
Com vendas e logística	(90.118)	-	-	(90.118)
Depreciação, amortização e exaustão	(70.536)	-	-	(70.536)
Outras receitas (despesas) líquidas	57.402	-	-	57.402
Resultado financeiro líquido				
Despesas financeiras	(1.004.107)	-	-	(1.004.107)
Receitas financeiras	26.175	-	-	26.175
Variação cambial, líquida	403.065	-	-	403.065

Lucro (prejuízo) antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	<u>(208.375)</u>	<u>3.780</u>	<u>(813)</u>	<u>(205.408)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>33.463</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>33.463</u>
Lucro (prejuízo) líquido do período	<u><u>(174.912)</u></u>	<u><u>3.780</u></u>	<u><u>(813)</u></u>	<u><u>(171.945)</u></u>

Segmentos geográficos

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a receita consolidada com base na localização geográfica real dos clientes.

Receita operacional	31/03/2017	31/03/2016
Brasil	93.488	100.992
China	209.037	221.709
Itália	69.521	128.315
Estados Unidos	58.306	66.109
Japão	44.245	40.954
Suécia	26.322	3.542
Cingapura	25.699	28.679
França	21.071	19.692
Alemanha	20.775	23.333
Canadá	17.301	13.029
Áustria	17.033	38.074
Argentina	13.598	25.131
Eslovênia	13.081	7.989
Polônia	11.866	20.299
Espanha	7.705	1.808
Outros	<u>46.811</u>	<u>39.298</u>
	<u><u>695.859</u></u>	<u><u>778.953</u></u>

c. Informação sobre os principais clientes

Quatro clientes, de forma individual, representam mais que 10% da receita da Companhia.

d. Informação sobre o total de ativos não circulantes

Na apresentação com base em segmentos geográficos, os ativos do segmento são baseados na localização geográfica dos ativos.

Ativos não circulantes	31/03/2017	31/12/2016 (Reapresentado)
Brasil	8.608.059	8.462.670
Áustria	99.481	2.967
Estados Unidos	78	83
China	<u>6</u>	<u>7</u>
	<u><u>8.707.624</u></u>	<u><u>8.465.727</u></u>

23 Custos e despesas com vendas, logística, administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Despesas com pessoal	86.991	65.840	91.216	69.978
Despesas com serviços, materiais e transportes	108.531	11.160	154.484	96.232
Depreciação, exaustão e amortização	90.612	67.231	93.137	68.885
Matéria prima e consumíveis	171.911	226.419	146.268	226.419
Outros	3.477	59.336	4.704	5.382
	<u>461.522</u>	<u>429.986</u>	<u>489.809</u>	<u>466.896</u>
Desmembramento				
Custos com vendas	392.298	368.265	373.407	337.798
Despesas administrativas e gerais	30.698	25.553	34.707	34.621
Despesas com vendas e logística	38.526	36.168	81.695	94.477
	<u>461.522</u>	<u>429.986</u>	<u>489.809</u>	<u>466.896</u>

24 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016 (Reapresentado)	31/03/2017	31/03/2016 (Reapresentado)
Receitas financeiras				
Juros ativos	380	450	459	450
Rendimento de aplicações financeiras	19.507	24.287	19.622	24.288
Outras receitas financeiras	2.916	1.431	2.919	1.437
	<u>22.803</u>	<u>26.168</u>	<u>23.000</u>	<u>26.175</u>
Despesas financeiras				
Despesas bancárias diversas	(39)	(38)	(95)	(44)
Juros passivos	(192.197)	(223.442)	(190.895)	(223.467)
Resultado com derivativos	-	(745.594)	-	(745.594)
Despesas com aval e fiança	(22.121)	(25.124)	(22.120)	(25.124)
Outras despesas financeiras	(7.311)	(7.129)	(11.631)	(9.878)
	<u>(221.668)</u>	<u>(1.001.327)</u>	<u>(224.741)</u>	<u>(1.004.107)</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016 (Reapresentado)	31/03/2017	31/03/2016 (Reapresentado)
Variação cambial, líquida	146.427	402.730	146.248	403.065
	<u>(52.438)</u>	<u>(572.429)</u>	<u>(55.493)</u>	<u>(574.867)</u>

Os resultados dos ajustes diários oriundos dos instrumentos financeiros de proteção de ativos e passivos efetuados no mercado futuro, assim como os valores das posições marcadas a mercado dos contratos negociados em mercado de balcão dos instrumentos financeiros de proteção de ativos e passivos, são reconhecidos sob a rubrica de Resultado com derivativos.

25 Outras receitas (despesas) líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Créditos de ICMS (a)	35.303	57.133	35.303	57.133
Indenização de seguro	229	106	229	106
Outros	<u>(4.565)</u>	<u>(297)</u>	<u>(4.572)</u>	<u>163</u>
	<u>30.967</u>	<u>56.942</u>	<u>30.959</u>	<u>57.402</u>

(a) Trata-se de Subvenção Governamental para Investimentos, oriundo de pacote de incentivos fiscais concedidos pelo Governo do Mato Grosso do Sul para aplicação na futura expansão industrial (Projeto Vanguarda 2.0).

26 Benefícios a empregados

a. Plano de previdência privada de contribuição definida

Em julho de 2015, a Companhia aderiu ao plano de previdência privada perante a Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, entidade fechada de previdência complementar.

Nos termos do regulamento do plano de benefícios, as contribuições da Companhia acompanham as contribuições dos empregados, podendo variar de 3% a 6% do salário nominal. As contribuições realizadas pela Companhia no período encerrado em 31 de março de 2017 totalizaram R\$ 626.

27 Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais com vigência da apólice de seguro de 15/08/2016 à 15/08/2017 era composto por R\$ 3.913.133 para danos materiais, R\$ 2.350.549 para lucros cessantes e R\$ 79.210 para responsabilidade civil com vigência igual de 15/08/2016 à 15/08/2017.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

28 Instrumentos financeiros

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado, relacionados principalmente à flutuação das taxas de juros e variações cambiais, risco de crédito e a riscos de liquidez.

a. Riscos de mercado

O risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado (taxas de câmbio e taxas de juros, taxas de inflação, preços de *commodities* e preços de ações) afetem o resultado da empresa ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros.

O objetivo da gestão de risco de mercado é gerenciar e controlar a exposição de risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, para otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar o risco de mercado. Geralmente, a Companhia procura cobertura de hedge para gerir a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

(i) Riscos de taxas de juros

O risco de juros refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia e suas controladas podem incorrer devido a variações adversas neste fator de risco. A Companhia possui ativos e principalmente passivos expostos a esse risco, em operações atreladas a indexadores como Certificado de Depósito Interbancário (CDI), Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), UMBNDES (Unidade Monetária do BNDES), LIBOR (London Interbank Offer Rate), além de eventuais transações com posições prefixadas que poderão ocasionar perdas originadas pela apuração do valor justo de mercado (marcação a mercado). A Companhia procura mitigar o risco da taxa de juros efetuando a diversificação dos índices contratados e, eventualmente, utilizando a contratação de derivativos.

O risco de exposição à taxa de juros da Companhia dá-se sobre os empréstimos e os financiamentos. Segue posição em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Controladora	
		31/03/2017	31/12/2016
FINAME - Financiamentos a Empreendimentos	Juros médios de 3% a 8% a.a.	57.622	62.435
ACC - Adiantamento Contrato Câmbio	Variação cambial + juros de 5,2% a 6,9% a.a.	1.036.560	1.059.251
BNDES - Subcrédito A	TJLP + juros de 3,32% a.a.	372.729	388.650
BNDES - Subcrédito B	Taxa variável BNDES + juros de 3,32% a.a.	810.950	873.196
BNDES - Subcrédito C H e L	Taxa variável BNDES + juros de 4,52% a.a.	923.685	994.585
BNDES - Subcrédito G	TJLP + juros de 2,92% a.a.	97.493	101.657
BNDES - Subcrédito K	TJLP	18.230	19.008
BNDES - Subcrédito D	TJLP + juros de 1,8% a.a.	102.711	107.098
BNDES - Subcrédito E	Taxa variável BNDES + juros de 1,8% a.a.	374.340	403.073
BNDES - Subcrédito F e J	Taxa variável BNDES + juros 3% a.a.	208.818	224.846
BNDES - Subcrédito I	TJLP + juros de 1,4% a.a.	26.378	27.504
FINEM Florestal	TJLP / selic + spread	178.400	174.690
ECAs - Export Credit Agencies	Variação cambial + juros de 2,8% a.a. a 5,69% a.a.	983.910	999.609
Debêntures (segunda emissão)	IPCA + juros de 7,41% a.a.	1.224.879	1.211.140

		<u>Controladora</u>	
Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	31/03/2017	31/12/2016
FCO - Fundo para o Financiamento do Centro-Oeste	Juros de 8,5% a.a. a 9,0% a.a.	24.044	23.565
Capital de Giro	Taxa de 5,74% a.a. em US\$	30.224	33.739
PPE	LIBOR + spread	17.566	36.631
NCE	CDI + spread	720.098	859.824
CCB	19,70% a.a.	-	16.955
Leasing	Pré-fixada - 12,9854% a.a.	2.561	2.715
Aplicações financeiras		<u>(607.142)</u>	<u>(982.303)</u>
		<u>6.604.056</u>	<u>6.637.868</u>
		<u>Consolidado</u>	
Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	31/03/2017	31/12/2016
FINAME - Financiamentos a Empreendimentos	Juros médios de 3% a 8% a.a.	57.622	62.435
ACC - Adiantamento Contrato Câmbio	Variação cambial + juros de 5,2% a 6,9% a.a.	1.036.560	1.059.251
BNDES - Subcrédito A	TJLP + juros de 3,32% a.a.	372.729	388.650
BNDES - Subcrédito B	Taxa variável BNDES + juros de 3,32% a.a.	810.950	873.196
BNDES - Subcrédito C H e L	Taxa variável BNDES + juros de 4,52% a.a.	923.685	994.585
BNDES - Subcrédito G	TJLP + juros de 2,92% a.a.	97.493	101.657
BNDES - Subcrédito K	TJLP	18.230	19.008
BNDES - Subcrédito D	TJLP + juros de 1,8% a.a.	102.711	107.098
BNDES - Subcrédito E	Taxa variável BNDES + juros de 1,8% a.a.	374.340	403.073
BNDES - Subcrédito F e J	Taxa variável BNDES + juros 3% a.a.	208.818	224.846
BNDES - Subcrédito I	TJLP + juros de 1,4% a.a.	26.378	27.504
FINEM Florestal	TJLP / selic + spread	178.400	174.690
ECAs - Export Credit Agencies	Variação cambial + juros de 2,8% a.a. a 5,69% a.a.	983.910	999.609
Debêntures (segunda emissão)	IPCA + juros de 7,41% a.a.	1.224.879	1.211.140
FCO - Fundo para o Financiamento do Centro-Oeste	Juros de 8,5% a.a.	24.044	23.565
Capital de Giro	Taxa de 5,74% a.a. em US\$	30.224	33.739
PPE	LIBOR + spread	17.566	36.631
NCE	CDI + spread	720.098	859.824
CCB	19,70% a.a.	-	16.955
Term Loan	LIBOR + spread	315.357	305.383
Bonds	Taxa de 8,625% a.a.	1.115.403	1.140.981
Leasing	Pré-fixada - 12,9854% a.a.	2.561	2.715
Aplicações financeiras		<u>(703.860)</u>	<u>(1.032.842)</u>
		<u>7.938.098</u>	<u>8.033.693</u>

Análise de sensibilidade

Dívida

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de mercado a que a Companhia está exposta em 31 de março de 2017, a seguir estão apresentadas possíveis alterações nas taxas de juros, de 25% e 50%, nas variáveis de risco, em relação às do cenário provável.

A Companhia julga que as taxas de juros de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data-base destas demonstrações contábeis, representam um cenário provável e os efeitos já estão reconhecidos no resultado. Seguem os resultados líquidos entre o resultado das exposições:

Controladora				
Operação - 31/03/2017	Saldo (BRL)	Provável	Possível 25% (i)	Remoto 50% (ii)
Empréstimos e financiamentos	(7.211.198)	(39.090)	(523.862)	(1.092.944)
Aplicações financeiras (em BRL)	607.142	<u>(19.125)</u>	<u>(32.785)</u>	<u>(46.446)</u>
Exposição líquida de taxa de juros		<u>(58.215)</u>	<u>(556.647)</u>	<u>(1.139.390)</u>
Consolidado				
Operação - 31/03/2017	Saldo (BRL)	Provável	Possível 25% (i)	Remoto 50% (ii)
Empréstimos e financiamentos	(8.641.958)	(97.413)	(881.552)	(1.808.324)
Aplicações financeiras (em USD)	96.717	3.943	24.179	48.358
Aplicações financeiras (em BRL)	607.142	<u>(19.125)</u>	<u>(32.785)</u>	<u>(46.446)</u>
Exposição líquida de taxa de juros		<u>(112.595)</u>	<u>(890.158)</u>	<u>(1.806.412)</u>

Os cenários i e ii consideram uma alta das taxas de juros em 25% e 50%, respectivamente.

O custo do empréstimo baseado na cesta de moedas é definido a partir do custo médio das captações do Banco no mercado internacional e compõe-se da UMBNDES mais encargos da cesta de moedas que é a taxa de juros variáveis.

A Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP) foi instituída para definir o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES e está nesta data em 7,5% a.a (7,5% a.a em dezembro de 2016).

(ii) Riscos de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco cambial na medida em que há uma incompatibilidade entre as moedas nas quais as vendas, compras e empréstimos são denominados e a respectiva moeda funcional da Companhia.

As principais exposições às quais a Companhia está sujeita, no tocante às variações cambiais, referem-se à flutuação do Dólar Norte-americano e do Euro em relação ao Real.

Em 31 de março de 2017, a cotação do Dólar Norte-americano e do Euro foram, respectivamente, de R\$ 3,1684 e R\$ 3,3896.

Em 31 de março de 2017, o risco de variação cambial está concentrado nas rubricas Clientes, Adiantamentos a fornecedores, Fornecedores e Empréstimos.

A Companhia, a fim de prevenir-se do risco da volatilidade da variação das taxas de câmbio, procura balancear seus ativos e seus passivos em moeda estrangeira.

A seguir, são apresentados os ativos e os passivos da Companhia, expostos aos riscos de variação cambial em 31 de março de 2017, expressos em milhares de reais.

Controladora

	31/03/2017	31/12/2016
Operacional		
Clientes (Dólar Norte-americano)	834.740	814.667
Adiantamentos (Euro)	104	140
Fornecedores (Euro)	(66)	(10)
Fornecedores (Dólar Norte-americano)	(458)	(258)
Empréstimos e financiamentos (Dólar Norte-americano)	<u>(4.386.053)</u>	<u>(4.624.931)</u>
Exposição líquida de variação cambial	<u>(3.551.733)</u>	<u>(3.810.392)</u>

O risco cambial pode resultar em perdas para a Companhia devido a uma possível valorização do Real.

Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de mercado a que a Companhia está exposta em 31 de março de 2017, a seguir estão apresentadas possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis de risco, em relação às do cenário provável. A Administração julga que as cotações de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data-base destas demonstrações contábeis, representam um cenário provável e que os efeitos já estão reconhecidos no resultado. Seguem os resultados líquidos entre o resultado das exposições ativas e passivas:

Controladora

Operação	Saldo (BRL)	Posição	31/03/2017	
			25%	50%
Clientes	834.740	34.027	208.685	417.370
Adiantamentos	104	4	26	52
Fornecedores	(524)	22	131	262
Empréstimos e financiamentos	(4.386.053)	(178.792)	(1.096.513)	(2.193.027)
Exposição líquida de variação cambial		<u>(144.739)</u>	<u>(887.671)</u>	<u>(1.775.343)</u>

(iii) Risco de preço

A Companhia está exposta à volatilidade dos preços da madeira somente para os novos contratos não fechados, cuja variação resulta de fatores fora do controle da mesma, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas silviculturais e outros. Com o objetivo de garantir matéria-prima para operacionalização de sua fábrica, a Companhia vem efetuando compras de madeira para entrega futura, com pagamentos parciais antecipados, não ficando exposta à volatilidade de preços para os contratos já firmados.

Controladora	31/03/2017	31/12/2016
Valor estimado de contratos firmes	727.101	732.083
Adiantamentos efetuados	<u>(389.525)</u>	<u>(377.776)</u>
	<u>337.576</u>	<u>354.307</u>

Os riscos de não recebimento da madeira são mitigados pelo constante acompanhamento do desenvolvimento das florestas pelos seus especialistas.

b. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, pela falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

O risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrado com base em regras específicas para a aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição para cada cliente, que são periodicamente revisados. A Companhia trabalha para garantir a realização dos créditos em atraso através da monitoração frequente dos clientes inadimplentes e também o uso de carta de crédito e outros instrumentos financeiros.

Os depósitos bancários e as aplicações financeiras são contratadas com instituições financeiras de primeira linha, portanto o risco de haver alguma perda com estas instituições financeiras é mínimo.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do período foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	457.546	829.602	663.345	1.044.637
Aplicações financeiras	166.254	161.399	262.971	161.399
Contas a receber de clientes	945.832	954.120	470.784	525.453
Derivativos a receber	-	12.846	-	12.846

Controladora		Consolidado	
31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
<u>1.569.632</u>	<u>1.957.967</u>	<u>1.397.100</u>	<u>1.744.335</u>

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados pela entrega de dinheiro ou outros ativos financeiros.

As dívidas de longo prazo da Companhia são compostas pelas modalidades: BNDES, ECAs e debêntures, tem prazo de vencimento de 10 a 15 anos, com carência de ao menos um ano, e também das dívidas tomadas por suas subsidiárias, Term Loan e Bond. A dívida das ECAs e das debêntures tem pagamentos personalizados. Nos primeiros anos a amortização do principal é menor em relação aos anos que se aproximam da liquidação total.

O financiamento do capital de giro é feito através de contração de linhas de crédito ACCs, NCEs e Pré-pagamentos.

O quadro abaixo apresenta o valor justo dos passivos financeiros líquidos da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos e não incluem as saídas de caixa esperada estimada de juros:

Controladora	Menos de 1 ano	01 a 02 anos	02 a 03 anos	Após 03 anos	Valor justo
Em 31 de março de 2017					
Fornecedores	196.222	-	-	-	196.222
Empréstimos e financiamentos	2.145.886	1.838.112	1.507.848	1.719.352	7.211.198
Débitos com empresas ligadas	119.027	139.058	1.187.886	-	1.445.971
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(457.546)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(457.546)</u>
	<u>2.003.589</u>	<u>1.977.170</u>	<u>2.695.734</u>	<u>1.719.352</u>	<u>8.395.845</u>
Em 31 de dezembro de 2016					
Fornecedores	229.311	-	-	-	229.311
Empréstimos e financiamentos	2.291.414	2.065.799	1.546.773	1.716.185	7.620.171
Débitos com empresas ligadas	115.404	143.038	1.221.891	-	1.480.333
(-) Derivativos a receber	(12.846)	-	-	-	(12.846)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(829.602)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(829.602)</u>
	<u>1.793.681</u>	<u>2.208.837</u>	<u>2.768.664</u>	<u>1.716.185</u>	<u>8.487.367</u>
Consolidado	Menos de 1 ano	01 a 02 anos	02 a 03 anos	Após 03 anos	Valor justo
Em 31 de março de 2017					
Fornecedores	200.245	-	-	-	200.245
Empréstimos e financiamentos	2.217.255	1.977.533	2.565.971	1.719.351	8.480.110

Consolidado	Menos de 1 ano	01 a 02 anos	02 a 03 anos	Após 03 anos	Valor justo
Débitos com empresas ligadas	16.837	-	-	-	16.837
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(663.345)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(663.345)</u>
	<u>1.770.992</u>	<u>1.977.533</u>	<u>2.565.971</u>	<u>1.719.351</u>	<u>8.033.847</u>
Em 31 de dezembro de 2016					
Fornecedores	239.050	-	-	-	239.050
Empréstimos e financiamentos	2.364.186	2.200.269	2.785.894	1.716.186	9.066.535
Débitos com empresas ligadas	36.205	-	-	-	36.205
(-) Derivativos a receber	(12.846)	-	-	-	(12.846)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.044.637)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.044.637)</u>
	<u>1.581.958</u>	<u>2.200.269</u>	<u>2.785.894</u>	<u>1.716.186</u>	<u>8.284.307</u>

d. Riscos operacionais

(i) Ativo Biológico

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo, feita trimestralmente pela Companhia, considera certas estimativas, tais como: preço de madeira, taxa de desconto, produtividade florestal e custos silviculturais, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações. A variação no valor justo é determinada pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do período e no final do período avaliado.

As florestas que compõem o ativo biológico estão sujeitas a riscos operacionais e ambientais, como incêndios, pragas, doenças e variações climáticas.

Na Companhia, a proteção florestal contra incêndios, pragas e doenças baseia-se em uma estratégia de prevenção, monitoramento e controle. Anualmente é realizada a manutenção dos aceiros, que são uma faixa livre de vegetação onde o solo fica descoberto, provocando a descontinuidade de material vegetal combustível e, assim, evitando que queimadas e incêndios se propaguem. Ainda, é feito o monitoramento constante através de um sistema de câmeras estrategicamente posicionadas nas florestas, com utilização de sistemas de alarmes e acionamento de brigadas de incêndio treinadas para combater os focos nas áreas florestais. Nos casos de ocorrência de pragas e doenças, a Gerência de Pesquisa e Tecnologia Florestal atua através de especialistas em fisiologia e fitossanidade que adotam procedimentos para diagnóstico e ações rápidas contra as possíveis ocorrências e perdas de produção florestal.

Adicionalmente, há uma exposição a riscos relacionados às alterações climáticas, que podem afetar o equilíbrio dos ecossistemas e conseqüentemente a produtividade dos plantios. A Companhia adota medidas de controle e monitoramento da produtividade florestal, como acompanhamento do manejo, além de nutrição e melhoramento genético, que contempla a adaptação de espécies em diferentes condições climáticas. Aumentamos o número de clones plantados em escala operacional, afim de mitigar riscos inerentes às mudanças climáticas. Com o aumento da variabilidade genética, podemos afirmar que temos atualmente florestas mais preparadas para se adaptar às oscilações do clima.

Continuamente, melhoramos o nosso plano de manejo florestal, que contém as principais diretrizes e informações sobre nossas operações silviculturais, colheita, transporte de madeira, áreas de conservação da vegetação nativa e iniciativas de responsabilidade social e ambiental. Além disso, somos guardiões de aproximadamente 100 mil hectares de áreas preservadas, incluindo áreas de preservação permanente, áreas de reserva legal e outras áreas de conservação. As iniciativas sustentáveis e inovadoras aliadas a uma gestão responsável garantem o uso equilibrado dos recursos naturais, essenciais para a continuidade de nossos negócios.

Nossas operações florestais são certificadas pelo Forest Stewardship Council, ou FSC, uma organização independente internacional não governamental e sem fins lucrativos. O FSC estabelece dez princípios e vários critérios para descrever os elementos ou regras essenciais do manejo florestal ambientalmente apropriado, socialmente benéfico e economicamente viável, todos os quais devem ser aplicados em uma unidade de manejo florestal antes que ele possa receber a certificação FSC. Os certificados FSC são válidos por cinco anos, mas os organismos de certificação credenciados pelo FSC realizam auditorias anuais para verificar o cumprimento contínuo dos requisitos de certificação FSC.

e. Valor justo de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos mensurados pelo valor justo no balanço são classificados com base nos seguintes níveis de hierarquia de valor justo:

- **Nível 1** - Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos, seja indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos.
- **Nível 3** - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração.

Segue o quadro de classificação por nível de risco:

Controladora	31/03/2017			31/12/2016		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Derivativos a receber	-	-	-	-	12.846	-
Aplicações financeiras	166.254	-	-	161.399	-	-
Total do ativo	166.254	-	-	161.399	12.846	-
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	-	7.211.198	-	-	7.620.171	-
Débitos com empresas ligadas	-	1.445.971	-	-	1.480.333	-

Controladora	31/03/2017			31/12/2016		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Total do passivo	-	8.657.169	-	-	9.100.504	-

Consolidado	31/03/2017			31/12/2016		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Derivativos a receber	-	-	-	-	12.846	-
Aplicações financeiras	<u>262.971</u>	-	-	<u>161.399</u>	-	-
Total do ativo	<u>262.971</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>161.399</u>	<u>12.846</u>	<u>-</u>
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	-	8.641.958	-	-	9.066.535	-
Débitos com empresas ligadas	-	<u>16.837</u>	-	-	<u>36.205</u>	-
Total do passivo	<u>-</u>	<u>8.658.795</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.102.740</u>	<u>-</u>

Composição dos saldos de instrumentos financeiros por categoria de valor justo:

Controladora	31/03/2017		31/12/2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	945.832	945.832	954.120	954.120
Créditos com empresas ligadas	28.724	28.724	27.241	27.241
Valor justo por meio do resultado				
Derivativos a receber	-	-	12.846	12.846
Aplicações financeiras	<u>166.254</u>	<u>166.254</u>	<u>161.399</u>	<u>161.399</u>
Ativos financeiros totais	<u>1.140.810</u>	<u>1.140.810</u>	<u>1.155.606</u>	<u>1.155.606</u>
Passivos				
Passivos pelo custo amortizado				

	31/03/2017		31/12/2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Controladora				
Empréstimos e financiamentos	7.211.198	7.211.198	7.620.171	7.620.171
Débitos com empresas ligadas	1.445.971	1.445.971	1.480.333	1.480.333
Passivos financeiros totais	8.657.169	8.657.169	9.100.504	9.100.504
	31/03/2017		31/12/2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Consolidado				
Ativos				
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	470.784	470.784	525.453	525.453
Créditos com empresas ligadas	26.059	26.059	24.500	24.500
Valor justo por meio do resultado				
Derivativos a receber	-	-	12.846	12.846
Aplicações financeiras	262.971	262.971	161.399	161.399
Ativos financeiros totais	759.814	759.814	724.198	724.198
Passivos				
Passivos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	8.641.958	8.480.110	9.066.535	8.925.981
Débitos com empresas ligadas	16.837	16.837	36.205	36.205
Passivos financeiros totais	8.658.795	8.496.947	9.102.740	8.962.186

O valor justo dos ativos e passivos financeiros refere-se ao valor pelo qual o instrumento pode ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas e não em uma transação de venda ou liquidação forçada. Os métodos e premissas usadas para estimar o valor justo são descritos abaixo.

O valor justo de valores devidos de/para partes relacionadas aproxima-se de seus valores contábeis, principalmente devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos empréstimos e financiamentos, bem como debêntures da empresa são medidos de duas formas: 1) para dívidas com negociação em mercado secundário, onde o valor de liquidação pode diferir do seu valor de custo, é utilizado o valor de mercado no último dia disponível; 2) para dívidas que não são negociadas em mercado secundário, onde o valor de liquidação é próximo ao valor de custo (principal e juros provisionados até a data), utiliza-se

o valor contábil como valor justo. Parte substancial das dívidas da companhia estão nesta categoria, incluindo, mas não limitado, às dívidas com BNDES, ACC, ECAs, entre outras.

Os derivativos são medidos usando técnicas de avaliação com base em dados de mercado observáveis. As técnicas de avaliação mais frequentemente aplicadas, incluem modelos de precificação de contrato de swap, calculando o valor presente dos fluxos de caixa envolvidos na transação. Para posições de mercadorias futuras na BM&F, utiliza-se o preço de ajuste divulgado por esta entidade. Os modelos incorporam diversos dados, incluindo a qualidade de crédito da contraparte, local e as taxas contratadas.

29 Arrendamentos operacionais

a. Arrendamento operacional de terras

Os arrendamentos operacionais de terras serão pagos da seguinte forma:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	31/03/2017	31/12/2016
2017	78.330	91.895
2018	97.002	93.323
2019	97.971	93.817
2020	97.879	93.725
Acima de 2021	<u>649.332</u>	<u>619.902</u>
	<u>1.020.514</u>	<u>992.662</u>

A Companhia efetua arrendamentos operacionais de terras para utilização em suas operações, com contratos por prazos de quatorze anos. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada cinco anos, de acordo com os aluguéis de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em avaliações individuais de cada fazenda.

Os arrendamentos registrados pela Companhia referem-se basicamente a terras para o plantio de eucalipto. Como a escritura do terreno não será transferida conforme contrato de aluguel, a Companhia determinou que o arrendamento do terreno seja operacional. O aluguel pago ao arrendador do terreno é ajustado de acordo com os preços de mercado, em intervalos regulares, e a Companhia não participa no valor residual e todos os riscos e benefícios do arrendamento são do arrendador. Assim, a Companhia determinou que os arrendamentos são arrendamentos operacionais.

b. Arrendamento operacional de planta química e de oxigênio e ramal de distribuição de gás

(i) Pagamentos mínimos futuros de arrendamento mercantil

Em 31 de março de 2017, os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos operacionais não canceláveis são como segue:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2017	50.287	74.725
2018	74.725	74.725
2019	74.725	74.725
2020	74.725	74.725
Acima de 2021	<u>559.977</u>	<u>559.977</u>
	<u>834.439</u>	<u>858.877</u>

(ii) Valores reconhecidos no resultado

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Despesas de arrendamento	<u>24.438</u>	<u>11.372</u>
	<u>24.438</u>	<u>11.372</u>

A Companhia possui contratos de take-or-pay de duas plantas químicas e um ramal de distribuição para suprir as necessidades de insumos para a produção de celulose.

Tratam-se de três contratos de take-or-pay, sendo dois deles com prazo de 15 anos, sendo um para suprir as necessidades de Dióxido de Cloro, com início da vigência em dezembro de 2012, cujo preço da Tonelada de Cloreto de Sódio deverá ser reajustado no primeiro dia de cada ano pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), e outro para suprir as necessidades de Oxigênio em sua forma gasosa, com início da vigência em outubro de 2012, cuja dívida foi firmada em dólar e as parcelas fixas mensais deverão ser reajustadas pelo índice CPI (Consume Price Index) no primeiro dia de cada ano. O terceiro contrato com prazo de 12 anos, para suprir as necessidades de gás natural industrial, com início da vigência em maio de 2016, cujo preço do metro cúbico é composto por três fatores: a) preço do gás natural reajustado trimestralmente de acordo com as médias aritméticas das cotações diárias divulgadas na tabela Spot Price Assessments publicada no Platt's Oilgram Price Report; b) tarifa média do transporte dividida em duas parcelas, sendo a primeira reajustada 0,5% a.a. e a outra em 3,5% a.a., ambos no primeiro dia de cada ano; c) margem fixa da distribuidora reajustada no primeiro dia de cada ano pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). A partir de 30 de junho de 2020, as partes renegociarão as condições comerciais do fornecimento de gás natural, momento em que a Companhia poderá rescindir o presente contrato, na hipótese de se verificar desequilíbrio econômico financeiro ou onerosidade excessiva à Companhia.

c. Arrendamento operacional de vagões para transporte ferroviário

(iii) Recebimentos mínimos futuros de arrendamento mercantil

Em 31 de março de 2017, os recebimentos mínimos futuros de arrendamentos operacionais não canceláveis são como segue:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
	31/03/2017
2017	4.794
2018	16.589
2019	16.589
2020	<u>4.895</u>
	<u>42.867</u>

A Companhia possui contrato de arrendamento operacional de 432 vagões para transporte ferroviário para carregamento exclusivo de celulose.

Trata-se de um contrato com prazo de 33 meses com início em 01 de setembro de 2017 e término em 31 de maio de 2020 sendo prorrogável por igual período mediante a celebração de um termo aditivo. As parcelas serão reajustadas pela variação do IPCA.

30 Acordo de Colaboração, Acordo de Leniência e Investigação Interna

30.1 Informações gerais sobre o Acordo de Colaboração de executivos e ex executivos da J&F Investimentos S.A.

Como é de conhecimento público, em maio de 2017 determinados executivos e ex-executivos da J&F Investimentos S.A. (“J&F”), na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao “Grupo J&F”, do qual a Companhia faz parte, assumiram algumas obrigações no Acordo de Colaboração Premiada com a Procuradoria Geral da República (“PGR”), objetivando o atendimento do interesse público, em especial o aprofundamento, em todo o país, das investigações em torno de eventos contrários à lei.

30.2 Acordo de Leniência da J&F Investimentos S.A.

Em 05 de junho de 2017 a J&F Investimentos S.A. (“J&F”), controladora da Companhia, celebrou Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal (“MPF”), homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF em 24 de agosto de 2017, ao qual a Companhia aderiu em 21 de setembro de 2017 (“Acordo”).

No Acordo a J&F comprometeu-se, em seu nome e em nome das empresas por ela controladas, a cooperar voluntariamente com o Estado, a realizar investigações internas e fornecer-lhe elementos de informação para comprovar a materialidade e autoria dos atos irregulares cometidos e confessados, onde, J&F comprometeu-se a reparar integralmente os danos e prejuízos decorrentes das infrações cometidas mediante o pagamento de R\$ 10,3 bilhões, durante os próximos 25 anos, sendo R\$ 50 milhões em 05 parcelas semestrais com vencimento a partir de dezembro de 2017, e outras 22 parcelas anuais que cubram o saldo devedor com vencimento a partir de dezembro de 2020, a serem pagos exclusivamente pela J&F a título de ressarcimento pelos danos causados pelos fatos investigados nas diversas operações impetradas pelo Ministério Público Federal (MPF) e Polícia Federal (PF), tais como, Cui Bono, Carne Fraca, Sepsis e Greenfied, e pelos demais fatos mencionados nas delações e consequentemente descritos nos anexos constantes do respectivo Acordo.

A J&F, se comprometeu também (i) a implementar medidas que impeçam a prática de atos ilícitos, corrupção e suborno realizando o aprimoramento e implantação de programas de integridade, a (ii) cooperar e colaborar efetivamente com as investigações oficiais, mediante a realização de uma ampla investigação interna que deverá obedecer as boas práticas internacionais, com o fim de apurar os fatos já levados de boa-fé a conhecimento das autoridades, bem como a, (iii) reparar os danos decorrentes dos atos confessados e descritos no respectivo Acordo.

30.3 Investigação Interna realizada no âmbito da Companhia

Nos termos da Cláusula 15, XX, do Acordo, é obrigação da Colaboradora conduzir investigação interna, seguindo boas práticas internacionais, com o escopo de verificar e corroborar os fatos ilícitos descritos no Acordo e ainda, identificar eventual existência de documentos ou elementos probatórios adicionais de corroboração dos fatos narrados no Acordo.

Diante da tal obrigação, e em decorrência da adesão da Companhia ao Acordo, foi conduzida investigação interna (“Investigação Interna”) na Companhia pelo escritório de advocacia Barros Pimentel, Alcantara Gil e Rodriguez Advogados (“BP”), tendo este designado a empresa PricewaterhouseCoopers Contadores Públicos Ltda. (“PwC”) para prestar serviços forenses especializados de coleta, *hosting*, processamento e análise de dados necessários à uma investigação dessa natureza. Dessa forma, BP e PwC compuseram a Equipe de Investigação.

Entendemos ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do Acordo, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente (“Comitê Independente”) para acompanhar a Investigação Interna e ainda, prestar quaisquer esclarecimentos diretamente ao MPF. Esse Comitê ratificou a contratação da Equipe de Investigação, passando esta a responder diretamente ao Comitê, inclusive no que diz respeito a seu escopo de atuação e constatações preliminares e finais.

Diferente da investigação independente contratada pela Companhia em julho de 2016, a qual se deu por decisão de seu Conselho de Administração, a Investigação Interna decorre do Acordo. A investigação independente de 2016 foi contratada por decisão da Administração da Companhia, sendo o objetivo dos trabalhos fazer uma apuração para fins internos, tendo os trabalhos sido concluídos em janeiro de 2017, e seus resultados reportados nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Em 2017, nos termos do Acordo, a Investigação Interna realizada pela Equipe de Investigação teve como objetivo verificar e corroborar os fatos ilícitos descritos no Acordo e, ainda, identificar eventual existência de documentos ou elementos probatórios adicionais de corroboração dos fatos narrados no referido Acordo que tenham relação com a Companhia, bem como a fatos novos eventualmente encontrados. A Companhia esclarece que há Anexos do Acordo que ainda estão sob sigilo por determinação do Juízo competente.

Com relação à execução dos trabalhos, esclarecemos que de acordo com a Equipe de Investigação, estes seguiram metodologia padrão utilizada internacionalmente para este tipo de procedimento e natureza, sendo que as análises realizadas tiveram por base: (i) documentos solicitados pela Equipe de Investigação à Companhia; (ii) documentos coletados de equipamentos eletrônicos de colaboradores e ex-colaboradores, bem como da rede de arquivos e servidores da Companhia; (iii) realização de entrevistas com pessoas relevantes consideradas “chave” para o processo, e (iv) documentos disponibilizados pela J&F pertinentes ao Acordo de Leniência.

Dentre as atividades realizadas pela Equipe de Investigação, destacam-se: a) definição de custodiantes, coleta de dados de equipamentos nas cidades de São Paulo/SP e Três Lagoas/MS e coleta de dados de rede nos servidores da Companhia em São Paulo/SP, que remontaram a cerca de 6,7 terabytes de dados; b) acompanhamento dos trabalhos, na forma de *shadowing*, pela empresa de auditoria BDO RCS Auditores Independentes, atual empresa de auditoria contratada pela Companhia a partir do exercício de 2017 e acompanhamento pela KPMG Auditores Independentes, na qualidade de empresa de auditoria contratada pela Companhia até o exercício de 2016; c) realização de entrevistas com colaboradores e ex colaboradores da Companhia e com colaboradores da J&F que pudessem ter alguma relação com os fatos sob análise; d) definição de expressões de busca (*key words*) e processamento dos dados coletados, sendo que, do resultado do processamento de tais dados, a base para fins de análise continha cerca de 2.933.313 itens, sobre os quais incidiram as expressões de busca. Após o processamento dos dados coletados e aplicação das expressões de busca, foi efetuada a análise de 145.557 documentos, tendo sido o número de documentos analisados ao final (3º nível de análise), o total de 1.186 documentos.

Após 218 dias de trabalhos, a Equipe de Investigação, no dia 28/02/2018, emitiu um relatório preliminar, entregue ao Comitê Independente. A Investigação Independente não foi integralmente finalizada, em razão de faltar apenas entrevistas com 3 custodiantes que não puderam ser ouvidos até esta data. As conclusões iniciais deste relatório preliminar, relacionadas a fatos e dados analisados até o presente momento, são no sentido de que não foi encontrado nenhum fato novo, além daqueles já de conhecimento público e mencionados nos Anexos do Acordo, bem como a inexistência de novos fatos relevantes no contexto da avaliação de impactos sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Dos temas analisados, o único que trouxe impactos contábeis à Companhia foi aquele relacionado à verificação das circunstâncias de pagamentos realizados pela Companhia no esquema operado por Lucio Funaro para a liberação de recursos pelo FI-FGTS e Caixa Econômica Federal (CEF).

O impacto consistiria no pagamento de R\$ 37,4 milhões a empresas ligadas a Lucio Funaro (Viscaya Holding Participações, Intermediações, Estruturações e Serviços S/S Ltda; Serra da Carioca Com. de Energia Elétrica Ltda e Araguaia Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.), ao longo dos anos de 2012 a 2014, não tendo sido comprovada a efetiva prestação dos serviços. Nesse contexto, a Companhia informa que em 20/12/2017 recebeu Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal no valor de R\$ 8,7 milhões, cujo objeto foi imposto de renda na fonte, relativo a serviços pagos, mas não comprovados no exercício de 2012. A Companhia efetuou o pagamento integral do referido Auto de Infração, no valor de R\$ 6,6 milhões, com redução de 50% da multa, e provisionou o valor de R\$ 38,7 milhões para o pagamento de eventuais novas autuações relativas aos exercícios de 2013 e 2014, bem como refez o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes no valor de R\$ 2,4 milhões e Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos no valor de R\$ 14,0 milhões, impactando o lucro líquido no total de R\$ 33,7 milhões na conta de prejuízos acumulados no Patrimônio Líquido, que estão refletidos em suas Demonstrações Contábeis.

Importante ressaltar que, apesar de terem sido realizados pagamentos pela Companhia a empresas ligadas a Lucio Funaro, nos termos dos Anexos 04 a 06 do Acordo: i) interações com Lucio Funaro não foram feitas por diretores ou colaboradores da Companhia e executivos da Companhia não tinham conhecimento do ajuste com Lucio Funaro; ii) tratava-se de um sistema de pagamento feitos às empresas ligadas a Lucio Funaro através de notas fiscais emitidas contra empresas do grupo, sendo que com relação à Eldorado foram feitos pagamentos no

valor de R\$ 37,4 milhões; iii) financiamentos obtidos pela Companhia não tiveram condições mais vantajosas que os demais financiamentos concedidos a outras empresas na época. Nesse sentido, o Relatório traz conclusão que corrobora as alegações acima.

31 Contrato de Compra e Venda de Ações

Em 02 de setembro de 2017, a J&F Investimentos S.A., controladora da Companhia, celebrou um contrato de compra e venda de ações para a alienação de até a totalidade de sua participação acionária, direta e indireta, na Companhia, para a CA Investment (Brazil) S.A., sociedade do grupo Paper Excellence, pelo valor total da Companhia de R\$15 bilhões, a ser ajustado de acordo com capital de giro e dívida líquida, nos termos do contrato (“Operação”).

Em 31 de março de 2018 a composição acionária da Companhia é composta por 49,42% de participação da CA Investment (Brazil) S.A. e de 50,58% de participação acionária da J&F Investimentos S.A., únicos acionistas da Eldorado, permanecendo a J&F Investimentos S.A. como controladora da Companhia.

A conclusão da referida Operação, com a alienação da totalidade das ações da Companhia à CA Investment (Brazil) S.A., está sujeita a condições precedentes comuns em tal tipo de Operação. Nos termos do mencionado contrato de compra e venda a Operação tem prazo de até 12 (doze) meses para ser concluída.

Diretoria Executiva

Aguinaldo Gomes Ramos Filho
Diretor Presidente

Germano Aguiar Vieira
Diretor Florestal

Carlos Roberto de Paiva Monteiro
Diretor Técnico Industrial

Rodrigo Libaber
Diretor Comercial e de Relações com
Investidores

Conselho de Administração

José Batista Sobrinho
Presidente do Conselho de
Administração

Sérgio Longo
Vice Presidente do Conselho de
Administração

Humberto Junqueira de Farias
Conselheiro

Francisco de Assis e Silva
Conselheiro

José Antonio Batista Costa
Conselheiro

Contadora

Angela Midori Shimotsu do Nascimento
CRC SP 227742/O-7